

## PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA O PERÍODO 1986/87/88

### PREÂMBULO

O 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1986, aprova o seguinte Plano de Ação Política e Organizativa para o período 1986/87/88.

Partindo de uma análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da conjuntura política atual, este Plano visa estabelecer diretrizes capazes de orientar a classe trabalhadora no enfrentamento de problemas imediatos – inclusive o processo constituinte – e na luta por mudanças que consolidem e ampliem a democracia, garantam melhores condições de vida e abram perspectivas por transformações mais profundas na direção de uma sociedade socialista, sem exploração nem opressão, e, nesse sentido, este Plano também indica as medidas fundamentais para o crescimento e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores.

### I- O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

#### CAPITALISMO BRASILEIRO

1. O capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil, neste final do século XX. Todavia, o capitalismo expandiu-se aqui de forma regionalmente muito desigual. No centro-sul e no sul do País há um capitalismo relativamente concentrado, que, principalmente em São Paulo, alcançou um razoável grau de centralização. Mas no resto do Brasil o capitalismo está disperso por pequenas empresas, com algumas poucas exceções, e aproveita-se, em medida considerável, de formas atrasadas de produção. Em muitas regiões chega a predominar a economia mercantil simples e não a economia mercantil capitalista. Mesmo nas áreas desenvolvidas é bastante disseminada a existência de cerca de 2,5 milhões de pequenas empresas familiares, industriais e comerciais, além de uma agricultura de pequenos produtores, que contrasta com as agropecuárias capitalistas e os latifúndios.

2. Esse tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil expandiu, do ponto de vista social, uma diversificada camada de assalariados urbanos e rurais na indústria, no comércio, nos serviços em geral e na agricultura, incluindo aí uma pequena burguesia de extensão razoável. Além disso, apesar do processo de expropriação a que foram e continuam sendo submetidos os camponeses e os pequenos e médios proprietários urbanos, essas camadas cresceram em termos absolutos, acompanhando o aumento da população. A pequena burguesia proprietária, incluindo donos de pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços (familiares e com alguns assalariados), autônomos e camponeses, abrange uma considerável massa da população brasileira.

3. O capitalismo brasileiro desenvolveu-se de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto com a penetração do capital estrangeiro no País, quanto com a quase completa dependência científica e tecnológica. A penetração capitalista estrangeira, sob a forma de investimentos diretos e empréstimos, colocou, por um lado, os setores fundamentais da economia brasileira nas mãos das

multinacionais e, por outro, transformou o País no maior devedor do mundo, deixando-o à mercê dos interesses do capital financeiro internacional.

#### AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

4. Acompanhando esse desenvolvimento, e como fenômeno intimamente a ele vinculado, os últimos cem anos foram marcados pela formação das atuais classes sociais brasileiras, que tendem, cada vez mais, a confirmar a estrutura de classes de uma sociedade capitalista, e que sofreram alterações impostas por condições históricas e culturais próprias e pelas características peculiares das diversas regiões geoeconômicas em que o País se divide.

5. Assim, é possível perceber hoje, na sociedade brasileira, a existência de uma poderosa classe burguesa, originária dos antigos senhores de terra da época imperial e que foi, gradativamente, incorporando e integrando setores mercantis e comerciais, o setor industrial (1930), o setor latifundiário e financeiro (1950), o setor de serviços e de comunicação, bem como o setor de monopolização e internacionalização do capital (1964) etc. Não obstante alguns dos setores integrantes da burguesia brasileira apresentarem divergências e conflitos entre si em determinados períodos conjunturais, eles têm se mostrado capazes de integração e unificação ideológica e política em momentos de crise, como o mostram a Revolução de 30, a Redemocratização de 1945, a implantação da Ditadura Militar em 1964 e, mais recentemente, a superação do risco de uma ruptura democrática e a conquista de uma relativa hegemonia por meio da *transição conservadora* (1984).

6. No campo oposto, também foram se formando, pouco a pouco e com enormes dificuldades, as classes trabalhadoras no Brasil. Ao contrário da burguesia, porém, as classes trabalhadoras brasileiras ainda não conseguiram integrar e unificar de uma forma satisfatória os seus diversos setores, de origem e história diferenciados, e que têm tido papéis sociais e políticos distintos, em grande parte como resultado do desigual desenvolvimento do capitalismo. É possível conceber as classes trabalhadoras do Brasil de hoje como sendo constituídas de três grandes setores: a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo.

7. A classe média começa a se formar no período colonial e – ao longo de surtos e saltos recentes (1920/1930, 1950/1960, 1964/1970) – sofre grandes transformações, tanto em termos étnicos como demográficos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Hoje, ela é constituída de uma gama aparentemente heterogênea de tipos sociais, que vão desde o produtor agrícola individual ou familiar, o micro e o pequeno empresário comercial ou industrial, o trabalhador autônomo, o profissional de nível superior empregado no Estado ou na empresa privada, o trabalhador intelectual das áreas de serviços e comunicações, o trabalhador manual com preparo técnico e salário diferenciado em relação à massa operária, até os estudantes e parte do clero e do pessoal subalterno das Forças Armadas etc. Apesar da extrema heterogeneidade, essa classe média tem em comum a circunstância de que também sofre, por parte da burguesia, exploração econômica e opressão política e ideológica, embora em graus diferenciados, e de forma às vezes distinta do nível de exploração e opressão a que são submetidos os demais trabalhadores assalariados da cidade e do campo. Essa identidade comum

não tem sido suficiente, contudo, para dar à classe média um projeto histórico e ideológico único, e freqüentemente seus diversos setores e seus milhões de integrantes são cooptados pela burguesia, tanto econômica como politicamente, mais do que ela mesma tem optado pelas posições e propostas dos demais trabalhadores assalariados. Além de tudo isso, a classe média brasileira sofre, de maneira marcante, as diferenças regionais, e enquanto é mais presente e atuante no centro-sul, ou nas capitais, é mais rarefeita e desorganizada no interior, ou no norte e nordeste.

8. Os trabalhadores assalariados urbanos, constituídos por descendência de imigrantes estrangeiros, pela proletarização da classe média rural e urbana ou pela incorporação de parte dos trabalhadores rurais que migram para as cidades, vêm tendo um acentuado desenvolvimento na estrutura social brasileira desde o último quartel do século XIX. Seu volume cresce à medida em que se desenvolve a sociedade capitalista, com a expansão do setor industrial, o surgimento e a ampliação de atividades de serviços e comunicações, o crescimento da rede escolar e da rede financeira e bancária, a disseminação das construções, dos meios de transportes etc. A classe operária, como fração estratégica desse setor e de todo o conjunto das classes trabalhadoras – pelo seu papel na produção e na reprodução para a acumulação de mais-valia, sustentáculo de todo o sistema capitalista – também vem se expandindo, no sentido de que, hoje em dia, está presente, embora em graus diferenciados, em praticamente todo o território nacional.

9. Os assalariados do campo diferenciam-se dos urbanos não apenas pelo volume consideravelmente menor que esse contingente ocupa no processo de produção, mas também pelas condições de trabalho, significativamente inferiores às que, em geral, vigem nas cidades. Além disso, os assalariados rurais também se distinguem de certas camadas da classe média rural, que dispõem de algum tipo de meio de produção, integral ou compartilhadamente. Muitas vezes, o trabalhador assalariado do campo não se distingue do pequeno ou mesmo médio produtor agrícola, em termos de condição de trabalho e de vida e, dependendo da região do País e das características da produção agrária, o produtor sem terra tem nível de vida mais precário do que o assalariado rural, mesmo temporário. É comum, em certas regiões do País, a transição sazonal entre um setor e outro, fazendo com que o pequeno produtor se transforme no assalariado do produtor médio ou grande.

10. Além das classes trabalhadoras, vêm tendo crescente presença na estrutura social brasileira, principalmente nas cidades, camadas marginalizadas que não encontram lugar no mercado de trabalho ou dele são expulsas, tanto pelo desemprego estrutural quanto pelo conjuntural, que sofreu grande elevação nos últimos anos. Essas camadas marginalizadas de trabalhadores, não conseguindo entrar ou reentrar no mercado de trabalho urbano ou rural, acabam engrossando o banditismo, a prostituição, a violência, o tráfico de drogas e outras formas anti-sociais de sobrevivência, cujas principais vítimas são os próprios trabalhadores assalariados e as camadas inferiores da classe média.

### CONSCIENTIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

11. Em termos de consciência de classe, organização associativa e política e criação de instrumentos de defesa, resistência ou luta, as classes sociais brasileiras

também têm tido desenvolvimento extremamente desigual. A burguesia, evidentemente, pela sua própria situação de classe dominante, sempre teve as melhores condições para fortalecer a sua consciência e a sua organização, bem como para desenvolver e aplicar seus projetos históricos e para criar instrumentos de dominação econômica, militar, política e ideológica capazes de manter, reforçar e perpetuar sua permanência no poder. A história dos últimos cem anos é, em parte, a história do crescimento e do desenvolvimento do Estado burguês, isto é, do Estado da classe dominante no sistema capitalista. O Estado brasileiro destes últimos anos do século XX é um Estado moderno, poderoso, aparelhado material e culturalmente; ramifica-se em ministérios, órgãos, repartições e instituições que detêm grande conhecimento concreto da realidade brasileira, bem como os mecanismos para interferir e alterar essa realidade em seu benefício, vale dizer, em benefício da classe burguesa. No campo das estatísticas, da ciência e da tecnologia, das telecomunicações e da comunicação social, do poder policial e militar, dos recursos materiais e dos recursos humanos – estes, em grande parte, recrutados na classe média de formação universitária ou técnica – o Estado brasileiro é um instrumento da classe burguesa que não pode ser ignorado nem minimizado. Além disso, o Estado, em nome da burguesia, controla direta ou indiretamente grande parte da rede educacional e das atividades culturais e artísticas, da comunicação social (rádio, TV, imprensa etc.), dos sindicatos, federações e confederações, de numerosas entidades da sociedade civil. A burguesia tem, ainda, hegemonia ou predominância significativa nas universidades, nas instituições científicas e técnicas, na maior parte dos serviços públicos, cada vez mais explorados por empresas privadas ou mistas, e em numerosas entidades associativas e representativas.

12. A classe média brasileira, em grande parte por causa de suas características híbridas, tem graus variados de consciência e organização. Nos centros urbanos, a classe média, por si ou, às vezes, em conjunto com forças das Igrejas e dos partidos políticos, tem conseguido organizar-se através de movimentos de idéias e da criação de entidades associativas. Tais movimentos e entidades revelam sua fragilidade, contudo, nos períodos conjunturais de caráter autoritário (Estado Novo, 1937/45; Ditadura Militar, 1964/84), em que praticamente desaparecem, para tentar reaparecer nos períodos de normalidade. Nos últimos anos, tem crescido a organização da classe média através de entidades associativas e representativas, movimentos de reivindicação ou resistência, participação na vida político-partidária e acesso ao Poder Legislativo.

13. As tentativas de conscientização e organização dos trabalhadores urbanos e do campo sempre foram duramente reprimidas pela burguesia, através do Estado e de outras instituições políticas e sociais. Após um período inicial (final do século XIX até o final das duas primeiras décadas deste século), em que houve grande e intensa mobilização operária, com forte predominância anarquista, proliferação de entidades sindicais livres de todo tipo, centenas de manifestações e greves, expansão da imprensa proletária e revolucionária, realização de congressos e conferências, criação embrionária de uma central nacional e várias regionais, as lutas dos trabalhadores sofreram um descenso. A unificação dos setores agrários e industrial da burguesia em 1930, com o enquadramento do movimento operário nas malhas do Estado burguês, aliado ao populismo e ao fascismo inerente ao Governo Vargas, à

repressão do Estado Novo, à legislação sindical atrelada [ao Estado] e às fragilidades das correntes comunistas e socialistas da época acentuaram as dificuldades de formação e organização da classe trabalhadora. Em 1945, com a queda da Ditadura Vargas e o período chamado de Redemocratização, abriram-se algumas perspectivas de avanço do movimento operário, apesar da manutenção do controle do Estado sobre o sindicalismo, auxiliado pelo uso seletivo da repressão, pelo populismo e pela política de aliança com a burguesia, levada a efeito por correntes de esquerda, principalmente o PC. Não obstante, no final da década de 1950 e começo da década de 1960, o movimento operário e sindical urbano acumulava forças no sentido de um salto de qualidade, organizativo e político; essas forças, contudo, não foram suficientes para opor qualquer resistência séria à implantação da ditadura em 1964 e, até meados dos anos 70, os trabalhadores urbanos não conseguem se reorganizar de maneira significativa. A partir de 1974, crises internas no bloco dominante, o esgotamento do modelo econômico, a insatisfação crescente da população, foram criando condições para o surgimento de reivindicações, movimentos e entidades em setores da classe média e dos trabalhadores urbanos (artistas, intelectuais, estudantes, jornalistas, professores), bem como nos bairros das favelas e das periferias, com o amparo de setores da Igreja Católica. Em 1978, irrompe a combatividade de setores de ponta da classe operária, principalmente na região do ABC e, a partir daí, foram se multiplicando as manifestações de conscientização, de organização e de luta do proletariado: greves, passeatas, manifestações, criação de entidades associativas e representativas, substituição de diretorias sindicais pelegas por oposições combativas, congressos estaduais e nacionais e criação de centrais sindicais.

14. Os assalariados do campo sempre tiveram maior dificuldade que os da cidade para se organizarem, em grande parte pelas próprias características da multiplicidade das formas de relações de propriedade e de trabalho no campo, em parte pelo alto grau de opressão e repressão exercidas pelos senhores de terra. Não obstante, na década de 1950 surgem sinais de conscientização mais agressiva e tentativas de organização independente, como as Ligas Camponesas. A Contag, surgida em 1962, vai exercer papel significativo na aglutinação dos trabalhadores rurais, mas a ditadura de 64 também vai destruir o que havia de embrionário no movimento camponês, e só nos últimos anos, ao lado do aumento da sindicalização rural (oficial), os trabalhadores sem terra estão começando a se organizar. Apesar da ausência de uma forte e extensa organização camponesa, os conflitos no campo vêm se amuando e, não raro, assumindo caráter armado e violento.

15. O quadro, resumidamente traçado acima, do desenvolvimento de certos traços do capitalismo no Brasil, da formação de sua estrutura social e do aparecimento dos avanços e recuos de diversas forças sociais que compõem essa estrutura, mostra uma inegável situação de luta de classes. Há momentos em que essa luta de classes, aparentemente, passa para segundo plano. Isso acontece por força do aumento da repressão ou nos períodos conjunturais autoritários em que o setor burguês que domina o Estado atrai contra si uma espécie de “aliança” transitória entre as classes (1937/45, 1964/84), o que também constitui, no fundo, uma particular forma de luta de classes. Mas assim que esses períodos começam a mostrar sinais de desaparecimento, a luta de classes – que permanecera latente e

oculta – ressurge à tona com nitidez. É o que está ocorrendo no atual período conjuntural, e que será analisado com mais detalhes adiante. Como conclusão desta análise, é possível dizer que o capitalismo no Brasil [se] desenvolve de maneira desigual e subordinada ao imperialismo, com uma burguesia e um Estado burguês modernos, organizados e aparelhados em luta contra uma classe trabalhadora em diferentes graus de organização: a classe média, de contornos ambíguos e híbridos, semi-organizada, e o proletariado urbano e rural em crescente organização, embora ainda frágil. Apesar do seu grau de desenvolvimento e modernidade, a burguesia e o Estado não têm conseguido resolver as contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade e, por isso, apelam para a força repressiva em situações de crise, que procuram evitar com medidas superficiais e paliativas destinadas a acalmar ou cooptar setores sociais mais reivindicativos. Mas a superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo. E, embora ainda não esteja colocada para o conjunto da classe trabalhadora a consciência dessa necessidade, é possível afirmar que o estágio do desenvolvimento do capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes, no Brasil, já apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista.

## II- PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÕES NA DIREÇÃO DO SOCIALISMO

16. A projeção dos delineamentos gerais de uma futura sociedade socialista no Brasil, tanto quanto do processo de transformações para se chegar a ela, exige o concurso de três vertentes de conhecimentos, que precisam ser adequadamente combinadas e articuladas: o estudo sistemático, objetivo e aprofundado da realidade concreta do Brasil, nas suas dimensões histórica, social, econômica, cultural, política e institucional; a teorização da prática social dos movimentos sociais brasileiros, notadamente o popular, o sindical e o político-partidário, fonte indispensável para a apreensão concreta do *que* e do *como* fazer histórico cotidiano nas condições brasileiras; e a avaliação crítica das contribuições teóricas dos que pensaram a construção do socialismo, pelo seu cotejamento com as experiências concretas já tentadas em vários países de todo o mundo nestes últimos cem anos. O resultado desse esforço há de ser a imagem de um socialismo não “livresco”, nem de “gabinete”, nem de “cúpula”, nem “importado”, nem “retórico”, nem “imposto” etc., mas sim de um socialismo nascido da realidade brasileira, pensado e construído a partir da vontade e das ações das classes trabalhadoras, nas condições de necessidade e de possibilidade que essas mesmas classes irão modificando com sua ação concreta.

## O CAMINHO PARA O SOCIALISMO

17. Como contribuição para esse esforço, é possível desde já dizer que, provavelmente, o processo de transformação – isto é, o caminho para o socialismo no Brasil – será modificado, assumirá mil formas de manifestações, terá avanços e recuos e será marcado por um eixo central básico, constituído de grandes e cada vez mais freqüentes e intensas ações políticas de massa, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora – da participação em campanhas eleitorais às greves e aos enfrentamentos com a burguesia e com o Estado. Nesse sentido, é importante reconhecer que no atual estágio, e tendo em vista as observações da 1ª Parte deste documento, a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização, mas que terá de combinar, desde já, conquistas reais no plano político, econômico e social, que lhe permitam avançar no caminho.

18. A conscientização, a organização e a acumulação de forças da classe trabalhadora passa, necessariamente, por um processo de integração e unificação de seus diversos setores e frações num projeto histórico e político comum, em que sejam levados em conta tanto os objetivos finais – a construção do socialismo – quanto as peculiaridades e os conflitos que hoje distinguem, e às vezes separam, aqueles setores e frações. Assim, só é possível conquistar, para esse projeto comum, o apoio e a participação das grandes camadas da pequena burguesia rural e urbana, na luta pela radical transformação da sociedade rumo ao socialismo, no Brasil, se forem asseguradas a tais camadas condições reais do progresso social – sem ameaças a seus limitados meios de produção.

19. Estas considerações permitem, desde já, também, delimitar as linhas gerais e o caráter das alianças que serão necessárias e possíveis no processo de transformações no rumo do socialismo. Alianças e acordos serão necessários, e indispensáveis, entre o conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras, e que, cada uma a seu modo, representam com maior ou menor grau de legitimidade interesses e valores setoriais e conjunturais dos diversos componentes da classe. Por outro lado, é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista. Certamente, em determinadas conjunturas, pode-se tornar imprescindível fazer acordos restritos e limitados em torno de pontos definidos, concretos e objetivos, com forças que não lutam pelo socialismo, mas é necessário abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma tática antagônica à estratégia, ou de que, com palavras e discursos hábeis, seja viável enganar momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo. As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as *alianças* da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo.

20. Isso não quer dizer, porém, que a tarefa de construção do socialismo esteja reservada a um só setor, a uma só fração de classe ou a um só partido. Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos *itemizados* e delimitados



com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final.

21. Evidentemente, ao Partido dos Trabalhadores caberá um papel estratégico e fundamental na criação dessas condições e na construção do socialismo. Algumas das tarefas concernentes a esse papel serão analisadas em outra parte deste Plano de Ação Política e Organizativa.

### A SOCIEDADE SOCIALISTA

22. A análise feita na 1ª Parte deste Plano de Ação também mostra que os elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo estando muito longe de serem completos, indicam que no processo de construção socialista não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata, por meios administrativos ou executivos, da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem substituir prontamente a economia mercantil por formas sociais de distribuição, circulação e consumo; nem implantar uma completa organização planificada da economia. As leis econômicas em ação numa determinada sociedade não podem ser extintas ou modificadas por decretos, mesmo quando esses decretos tenham um considerável respaldo político de massas, como demonstrou a experiência de construção dos países socialistas.

23. No Brasil, ainda não foram esgotadas, pelo desenvolvimento capitalista, as formas econômicas pequeno-burguesas nem a economia mercantil simples. A própria expansão diferenciada do capitalismo e seu grau médio de desenvolvimento não permitiram que a economia mercantil capitalista alcançasse um patamar elevado. Nessas condições, se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente.

24. A estatização e a coletivização administrativa da pequena produção e da propriedade dos meios de produção, tanto urbana quanto rural, podem ser prejudiciais, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Economicamente porque exigem, para seu controle, a formação de uma pesada máquina burocrática, cuja eficiência é muito discutível, entorpecendo a iniciativa dos pequenos produtores estatizados ou coletivizados e impedindo o aproveitamento de todas as potencialidades para desenvolver mais rapidamente as forças produtivas materiais. A médio prazo, levam a economia à estagnação, criando desequilíbrio entre a produção e o consumo e entre os diversos ramos produtivos.

25. Assim, levando em conta as experiências e as condições do desenvolvimento capitalista brasileiro, provavelmente será necessário e possível, nos primeiros momentos de uma sociedade socialista no Brasil, utilizar diversas e múltiplas formas de propriedade social dos meios de produção – através da estatização e da coletivização por formas cooperativas ou outras – de acordo com o tamanho da empresa, a sua natureza e o setor de produção em que se encaixa e o papel estratégico que desempenha no processo global de produção. Mas continuarão existindo o pequeno produtor individual ou a pequena propriedade familiar, que deverão receber estímulo e amparo, no sentido de evoluir para formas cooperativas de produção.



26. Também, provavelmente, surgirão formas mistas e novas de propriedade dos meios de produção necessárias ao processo de aperfeiçoamento no rumo da completa socialização. Empresas do Estado poderão estabelecer formas diversas de cooperação com empresas coletivas e individuais; empresas individuais poderão cooperar-se para algumas operações produtivas ou de circulação, e assim por diante. Mas só a prática real da economia poderá colocar essas questões de modo claro.

27. A existência dessas formas de propriedade, resultantes de uma expansão não plenamente desenvolvida, também vai exigir diferentes formas de organização do trabalho e uma adequada combinação entre a planificação e a economia mercantil. Muitos confundem as formas de propriedade com as formas de organização do trabalho, o que cria embaraços ao pleno desenvolvimento das potencialidades do trabalho. É plenamente possível que uma empresa estatizada, portanto de propriedade social, tenha um alto grau de autonomia na elaboração de seu plano de produção e na organização interna do trabalho. Assim, controle de propriedade pelo Estado, planejamento estatal, autogestão democrática, distribuição conforme a produção, produção conforme as necessidades estabelecidas pelo Estado e também detectadas no mercado, tudo isso demanda uma combinação global e flexível no sentido de desenvolver as formas produtivas, aprofundar o processo de socialização dos meios de produção, acelerar a produtividade do trabalho e a economicidade da produção e atender às crescentes necessidades materiais e culturais do povo.

28. Nesse sentido, é preciso combater a imagem de que o mercado desaparecerá no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder. Enquanto a produção social for limitada, enquanto essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significará que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode se ver livre do mercado. Evidentemente, no socialismo poderão desaparecer os excessos do consumismo burguês, mas isso não significa que as massas deixarão de consumir ou deixarão de desejar possuir todos os bens que melhorem as suas condições de vida. O socialismo não pretende nivelar o padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar e o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas.

29. Um projeto socialista deve ser acompanhado da afirmação de idéias e valores que sustentem uma atuação transformadora em todas as esferas da sociedade e tenham consistência para fundamentar a construção de uma nova legitimidade, contraposta à burguesa. Isso tem um peso fundamental na medida em que as propostas políticas (num sentido estrito que pode-se dar à expressão, como ligadas à disputa dos rumos do Estado) constituem apenas o esqueleto das idéias que coesionam um grupo social e têm que ser reforçadas e completadas no sentido de uma visão de mundo global. O projeto socialista deve incorporar as perspectivas colocadas por diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas – como das mulheres, dos negros, das nações indígenas etc. – indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia; deve engajar em profundidade a maioria da população brasileira num processo de transformação do

País e construir uma sociedade efetivamente nova; deve, também, englobar movimentos de caráter cultural, nacional ou ambiental; e deve, por fim, assumir formas de contestação de mecanismos não-estatais de dominação burguesa, mas que são vitais para a reprodução da ideologia e dos valores fundamentais da burguesia, entre outros elementos, traduzindo em atividade política concreta e questionamento, por exemplo, do monopólio burguês dos meios de comunicação de massa. Esse conjunto de percepções constituem componentes indispensáveis, hoje, à constituição de uma visão de mundo e de uma prática política efetivamente libertária. O socialismo se tornará um propósito muito mais poderoso e influente se for mais do que uma democracia política e econômica, e se passar a ser compreendido como um novo modo de vida, baseado numa visão de mundo profundamente crítica e humanista, qualitativamente superior a tudo que o capitalismo pode oferecer. Algo que possa responder a toda uma série de necessidades sentidas, em graus variados, por todos. Isso pressupõe a difusão de uma perspectiva realmente emancipadora, reforçando a credibilidade das massas trabalhadoras no ideal libertário socialista.

30. O socialismo almejado deve também estar ligado à idéia de que essa luta é internacional. Essa é uma dimensão da política socialista que o PT deve assumir, num momento em que a internacionalização do capital e da política imperialista são maiores do que nunca e numa situação em que ela tem e terá uma grande importância para o destino da transformação socialista no Brasil. Isso já pode ser percebido claramente, hoje, quando recebemos o impulso positivo da revolução da América Central, em particular na Nicarágua.

31. Tais pontos, evidentemente, realçam ainda mais as questões da democracia no socialismo, ou o problema da liberdade numa sociedade que se pretende tornar igualitária. Há sempre o risco de um descompasso entre o avanço da estrutura econômica e o ritmo da democratização da superestrutura. Resistências maiores ou menores da burguesia podem conduzir a processos de centralização que retardem ou conturbem a consolidação da plena democracia. Mas, mesmo com tudo isso, deve ser reafirmada a relação indissolúvel entre democracia e socialismo. Formas de controle popular e operário, que precisam ser incentivadas desde logo, como os conselhos populares e as comissões de fábrica, por exemplo, bem como as variadas formas de poder de base, são fundamentais para o projeto futuro – na medida em que evoluam como meios, efetivos e eficazes, para determinação da correlação de forças pró-democracia na sociedade. Nesse sentido, vale lembrar que o poder, para o socialismo, não apenas se toma, mas se constrói na luta concreta do dia-a-dia, desde já.

32. A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores. Isto significa ser favorável à liberdade de associação e organização, à livre expressão de idéias, à liberdade de culto, ao direito social à comunicação e à liberdade política, partidária e sindical. Aos trabalhadores caberá a tarefa de institucionalizar o Estado socialista através de um processo constituinte livre e democrático, que garanta direitos e liberdade e que também assegure, dentro da nova legalidade, instrumentos e meios de defesa da sociedade. Em resumo: o Brasil terá de encontrar os seus próprios caminhos para chegar ao socialismo e as suas próprias maneiras de

construir a sociedade socialista. Caminhos e maneiras que são determinados menos por princípios gerais ou por nossos desejos e mais pelas condições reais e concretas que as classes trabalhadoras irão encontrando e modificando, com ação política organizada, na luta por sua libertação.

### POLÍTICA INTERNACIONAL

33. O PT nasceu e se desenvolve em conjuntura histórica de crescimento das lutas de libertação em todo o mundo. Exemplo destacado deste processo é a Revolução Nicaragüense e a luta que os povos da América Central travam contra o imperialismo norte-americano. A emergência popular da África Negra, a queda de Ferdinando Marcos, nas Filipinas, e de “Baby Doc”, no Haiti, são outros tantos exemplos de avanço democrático e socialista no cenário internacional. Um dos compromissos mais caros ao PT é exatamente a solidariedade com as lutas de outros povos. Solidariedade encarnada, de atos e não apenas de discurso. Por isso, devemos incrementar entre os militantes petistas o conhecimento das lutas de libertação e/ou socialistas dos diversos países. Além disso, cada diretório, cada núcleo, cada órgão petista deve, na medida de suas possibilidades, contribuir, em seu próprio espaço de atividades, para a execução desta diretriz nacional. Ajudando a denunciar os crimes da ditadura chilena, a repressão ao Solidariedade na Polônia, colaborando nas campanhas de ajuda material à Nicarágua, a El Salvador etc. Em uma palavra: defendendo os direitos humanos, individuais ou coletivos, onde quer que eles sejam desrespeitados e apoiando os movimentos democráticos e socialistas de todos os quadrantes.

### A NOVA CONJUNTURA

34. O Partido dos Trabalhadores renova o seu Diretório Nacional e aprova o correspondente Plano de Ação Política e Organizativa para o Período de 1986/87/88 num momento particularmente crucial da conjuntura econômica, social, política e institucional do País. A tentativa de ruptura democrática com o Regime Militar em 1984, por meio da campanha das Diretas – e da qual grande parte da população participou ativamente –, foi desvirtuada e, mesmo, traída pelos interesses comuns dos vários setores da burguesia, que, diante da fragilidade das forças populares, conseguiram unificar-se e cooptar parcelas da classe média e dos próprios trabalhadores para seu projeto de transição conservadora e conciliadora. A expressão político-partidária dessa aliança burguesa, a Aliança Democrática, já sofreu avanços e recuos, e revela, nas suas dissidências eleitorais, a persistência de contradições entre os setores da burguesia. Apesar disso, porém, a classe dominante vem conseguindo, com relativo êxito, manter sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, e levar a cabo uma série de reformas parciais nos planos econômico e social, que visam conservar e consolidar o desenvolvimento do regime capitalista, através de concessões paliativas destinadas a acalmar os setores mais combativos e protelar crises e enfrentamentos mais radicais. A iminência da instalação de um Congresso Constituinte e da elaboração da futura Constituição torna este momento mais significativo: trata-se, para a burguesia, de assegurar, também no plano jurídico-institucional, a hegemonia que ela vem tentando construir

nos planos econômico, social e político. Assim, o exame apurado desta nova conjuntura, bastante diferente daquela que marcou os anos de Regime Militar, e mesmo do momento de pico da transição (1984/85), é da maior importância para que o PT defina com clareza suas tarefas políticas e organizativas para o futuro imediato.

## II- TRANSIÇÃO E CRISE DA BURGUESIA

### HEGEMONIA E DISPUTA

35. O fato de que o Regime Militar não foi derrotado nas ruas e de que a democratização burguesa convive com a persistência do sistema opressivo e com uma política econômica que se baseia, sobretudo, no sacrifício das grandes classes trabalhadoras não significa que a burguesia seja incapaz de realizar manobras ou mesmo sair da crise. O problema, no caso, consiste em que a solução das crises do capitalismo é sempre encontrada através da manutenção da exploração, em maior ou menor intensidade, do trabalho assalariado e dos trabalhadores em geral. Os trabalhadores encontram-se, quase sempre, em condições precárias, esteja ou não o capitalismo em crise. Entretanto, para manter sua hegemonia, a burguesia precisa, sempre, dar a impressão de que está resolvendo a crise de toda a sociedade e de todas as classes, não só a sua crise.

36. A Aliança Democrática assumiu essa tarefa de tirar a burguesia da crise conjuntural em que estava mergulhada e, ao mesmo tempo, realizar as manobras e as concessões indispensáveis para manter as massas sob sua hegemonia e evitar o aguçamento perigoso das contradições sociais. Aproveitando-se das esperanças que procurou inocular nas massas, com a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral e da comoção que sua morte causou, o Governo Sarney avançou, primeiramente, na realização de reformas políticas parciais, com o claro intuito de cercear a participação popular no Parlamento, na Constituinte e no controle democrático do poder, e adiar ao máximo as mudanças que se faziam necessárias na economia. Mesmo a reforma agrária, cuja necessidade (embora com objetivos diferentes) só não é reconhecida por setores reacionários do latifúndio, não tem passado da promessa formal de realizá-la e de medidas paliativas nas áreas de maior tensão, onde continuam a atuar as milícias dos latifúndios e onde o assassinato de trabalhadores rurais permanece impune.

37. As eleições de 1985 [para prefeitos nas capitais e antigas áreas de segurança nacional] mostraram um profundo descontentamento popular com os rumos do governo e sua inoperância e imobilismo no atendimento da maior parte das reivindicações econômicas, sociais e políticas. E deflagraram uma crise relativamente séria na AD [Aliança Democrática], cada vez mais sob a hegemonia dos conservadores. Com o perigo da perda de suas bases populares e de sustentação, os setores liberais do PMDB passaram à disputa aberta da direção do Partido e da AD, a pretexto de que o governo não estaria cumprindo o programa de mudanças acertado com Tancredo. O episódio da renovação do Ministério, na qual

ganhou predomínio o PFL e no qual pontificam figuras do antigo regime, foi o ponto de virada da posição da chamada ala progressista do PMDB.

#### IV- O PACOTE ECONÔMICO

##### PONTO DE PARTIDA

38. As eleições para prefeito, em novembro de 1985, constituíram-se, paradoxalmente, no ponto de partida para a retomada de iniciativa política do Governo Sarney, com a apresentação de um – aparente – plano ousado de reformas econômicas, que, momentânea e setorialmente, podem, inclusive, provocar conseqüências recessivas para a economia. Embora a validade e a eficácia das mudanças contidas no novo pacote econômico possam suscitar dúvidas, críticas e ceticismo, é incontestável que o governo conseguiu, mais uma vez, despertar esperanças em consideráveis parcelas da população.

39. Isso mostra que é necessário tomar cuidado com as análises apressadas e catastróficas, que concluem pelo esgotamento da capacidade da burguesia em resolver suas contradições e propor soluções, mesmo paliativas, para a superação da crise brasileira. A burguesia brasileira nunca se mostrou impotente para realizar manobras e encontrar saídas de compromisso, que adiassem a resolução dos problemas por vias radicais.

##### OBJETIVOS POLÍTICOS DO PACOTE

40. Com o pacote econômico decretado em fevereiro de 1986, num momento em que se estreitavam os apoios sociais ao regime, o Governo Sarney, mesmo sem eliminar as contradições internas na Aliança Democrática, abre condições para uma recomposição, tendo por base, inclusive, o endosso entusiástico dos reformistas. Os setores liberais do PMDB baixaram o tom de suas críticas ao governo e os setores progressistas passaram a temer um rompimento, que estava em marcha acelerada. E os moderados sentiram-se encorajados a reforçar seu apoio à Nova República, mesmo sentindo-se prejudicados na divisão dos cargos ministeriais.

41. Esse pacote tem como objetivo principal assegurar a continuidade da transição política conservadora, que se iniciou através da composição da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral. Uma transição política para uma nova forma de dominação que não permita o avanço democrático ou concessões importantes para as classes trabalhadoras. Esse processo de transição conservadora estava ameaçado. Em primeiro lugar, porque a Aliança Democrática estava em processo de implosão, após a reforma ministerial imposta por Sarney. O PFL passou a controlar 2/3 do orçamento do País, os principais ministérios e garantiu a indicação de seis ex-governadores da Arena/PDS na nova equipe ministerial. O predomínio absoluto dos ex-colaboradores da Ditadura Militar e a perda de posições do PMDB acabou gerando uma crise política grave, com o afastamento político, do governo, de alguns setores e lideranças do PMDB, descontentes com a falta de cargos políticos e verbas num ano eleitoral. Em segundo lugar, o pacote pretendeu garantir algumas bases eleitorais para que os partidos da Aliança Democrática disputem as eleições em novembro para os governos dos estados e para a Constituinte. As últimas eleições para as prefeituras, em 1985, demonstram alterações nas tendências eleitorais. O PT obteve 11% dos votos e teve o maior crescimento eleitoral, 70% a mais de votos em

relação às eleições de 1982, além de conquistar a Prefeitura de Fortaleza e vencer em Goiânia. O PDT obteve 14% e conquistou mais uma capital. O PMDB, apesar de continuar sendo o maior partido do ponto de vista eleitoral, teve uma queda de 45% para 33% dos votos nas grandes cidades. O PFL obteve 9,8% dos votos e está abaixo do PT. O PDS obteve apenas 5,5% e foi o grande derrotado nas eleições, e o PTB atingiu 16%, a partir, basicamente, da eleição de Jânio [Quadros] em São Paulo. Finalmente, o pacote tem como alvo principal o movimento operário e sindical. Quebrar a tendência ao ascenso das lutas operárias e sindicais e desarticular as conquistas que estavam sendo impostas pelas classes trabalhadoras, através das greves, é uma das preocupações mais importantes do pacote. Isso quer dizer que o pacote pretende impor o pacto social.

### AS GREVES DE 1985

42. O ano de 1985 foi marcado pelo maior volume de greves da história recente do País: cerca de 6 milhões de trabalhadores grevistas e aproximadamente mil greves. Mais importante ainda é que esse imenso volume de greves foi acompanhado por uma mudança de qualidade, a partir da intervenção e do papel político que a CUT passou a ocupar na luta sindical. No Congresso Nacional da CUT, em 1985, foi definida a deflagração de uma campanha nacional de lutas, que tinha como objetivo central unificar as principais bandeiras de luta e as campanhas salariais. As grandes campanhas salariais e as principais greves foram marcadas por essa orientação:

a) a campanha salarial dos metalúrgicos da CUT, em abril de 1985, sustentou uma greve de 54 dias, que quebrou a proposta do pacto social e garantiu a conquista da redução da jornada de trabalho, depois de 50 anos em que a classe trabalhadora não havia obtido conquistas sobre a jornada de trabalho;

b) a greve nacional dos bancários reforçou a tendência à unificação das campanhas salariais e institucionalizou a reposição salarial, com a conquista do índice de 12,5%;

c) a Campanha Salarial Unificada de São Paulo unificou a luta de várias categorias, uma experiência de luta que não ocorria desde 1983. Essa campanha, com uma greve parcial de apenas dois dias e com piquetes, garantiu a conquista [de reajuste] trimestral, da redução da jornada de trabalho e da reposição salarial de 12%. Essa vitória demonstrou a importância que a conjuntura política pode ter sobre o movimento grevista, pois o fato de a campanha salarial ter sido às vésperas da eleição de novembro garantiu a vitória da greve. Todo esse processo de avanço do movimento permitiu uma nova orientação para a Campanha Nacional de Lutas/1986 a partir da Plenária Nacional da CUT, realizada em dezembro de 1985. Nessa Plenária, a Campanha Nacional de Lutas teve suas bandeiras ampliadas. Além dos quatro pontos – reforma agrária, redução da jornada de trabalho para 40 horas, trimestral e salário-desemprego – foi incluído o salário mínimo real e o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade.

### OBJETIVOS ECONÔMICOS DO PACOTE

43. Além dos objetivos políticos, o pacote tem objetivos econômicos que precisam ser analisados de forma cuidadosa:



1º) Pagar a dívida externa – O pacote pretende garantir melhores condições para o pagamento da dívida externa, de 104 bilhões de dólares. Adotado em vários países endividados – Israel, Argentina, Peru, Bolívia, entre outros – esse tipo de pacote demonstra que corresponde aos interesses dos banqueiros e do FMI, com o fim de assegurar melhores condições para o pagamento da dívida externa. O pagamento da dívida externa é o que administra a política econômica do País. Neste ano, deverão ser pagos cerca de 12 bilhões de dólares de juros, além de 8 bilhões de dólares de amortização, depositados em cruzeiros/cruzados no Banco Central, para serem “negociados”. O pacote está totalmente articulado com esse objetivo, que continua sendo o centro das preocupações da política econômica.

2º) Pagar a dívida pública – O Estado brasileiro deve um quadrilhão, cento e sete trilhões de cruzeiros [Cr\$ 1.107 quadrilhão]. Essa dívida pública, diretamente associada e dependente da dívida externa, exigirá cerca de 118 trilhões de cruzeiros do governo, apenas para o pagamento dos juros, em 1986. Isso significa que o governo brasileiro está pagando mais em juros do que todos os gastos sociais previstos para o ano de 1986 – cerca de 74 trilhões de cruzeiros.

3º) Combater a Inflação – A inflação é um instrumento adicional de que o capital financeiro e o grande capital monopolista se utilizam para expropriar rendas e recursos dos outros setores da sociedade, especialmente das classes trabalhadoras. Porém, ao atingir níveis superiores a 350%, como eram as previsões em 1986, a inflação perde essa funcionalidade para o grande capital e coloca em risco o próprio sistema. Portanto, combater esse nível de inflação passou a ser uma preocupação fundamental do governo, com o total apoio do grande capital, inclusive do capital financeiro internacional e nacional. O pacote econômico quebra aquele patamar de inflação que os diversos setores da sociedade criaram ao longo dos últimos anos.

4º) Todos esses objetivos se realizarão a partir do confisco dos salários – O pacote procura garantir um processo de transferência de renda na economia, dos assalariados para as empresas, com o fim de assegurar o combate à inflação e o pagamento da dívida pública e da externa. O confisco salarial é a base de todo o plano de estabilização econômica do Governo Sarney.

### O PACOTE E A INFLAÇÃO

44. A política de combate à inflação, do pacote econômico, está baseada em duas medidas: congelamento provisório dos preços e tarifas de serviços e desindexação da economia. Isso significa que o pacote pretende proibir os aumentos de preços a partir do dia 27 de fevereiro e, ao mesmo tempo, retirar da economia os principais mecanismos de defesa da inflação, como a correção monetária, os reajustes semestrais de salários, os reajustes de aluguéis etc. O Estado capitalista, ao decretar o congelamento dos preços, intervém no processo de circulação de mercadorias, desarticulando algumas leis de movimento e regulação do mercado capitalista. A intervenção do Estado, estabelecendo preços, representa um processo de politização da economia, no sentido de que os conflitos econômicos, que eram criados e resolvidos no interior do mercado, passem a ser interiorizados no Estado e ter suas soluções através de decisões políticas do governo. Porém, o Estado capitalista, por sua própria natureza, é absolutamente incapaz de assegurar o congelamento de preços de forma duradoura. A estrutura monopolista do capitalismo

brasileiro, associada à desordem da produção capitalista, inviabiliza a estabilidade de preços por um prazo dilatado. O Estado não tem poderes para intervir no nível do processo de produção e, assim sendo, é absolutamente inviável, no capitalismo dependente, assegurar um congelamento duradouro ou a estabilização dos preços no mercado através da intervenção política do Estado. O congelamento tenderá a inviabilizar-se a partir das seguintes formas de resistência e pressão política e econômica do capital:

a) *parar de produzir* e criar crise de abastecimento no mercado, para pressionar a quebra ou revisão da política de preços do governo. Exemplo: a carne, medicamentos, leite...

b) *queda da qualidade e falsificação dos produtos*, como forma de reduzir custos e assegurar as margens de lucro das grandes empresas. Ex.: farinha de trigo (90% dos moinhos do Rio Grande do Sul foram autuados em flagrante);

c) *mercado paralelo* ou cobrança de ágio, por fora da tabela, para assegurar margens de lucros. Ex.: nas feiras, aluguéis etc.;

d) *lançamento de novos produtos* como forma de fugir da tabela.

Essas e outras formas de resistência do capital significam que a única maneira de evitar crises de abastecimento seria a monopolização do comércio atacadista pelo Estado, o confisco de estoques e a intervenção do Estado no nível da própria produção. Essas medidas, por sua natureza anticapitalista, dificilmente poderão ser adotadas pelo Estado capitalista, a não ser em pequena escala.

#### O PACOTE E O CONGELAMENTO

45. O congelamento gerou, porém, mobilização popular, maior participação nas discussões econômicas e maior base de apoio político para o governo, absolutamente inegáveis. Por quê? Em primeiro lugar, porque o congelamento dos preços é uma bandeira secular das classes trabalhadoras e significa, ainda que por pouco tempo, a desarticulação de uma forma complementar do processo de exploração do trabalho e de acumulação do capital. Em segundo lugar, quando a população se mobiliza com a tabela e denuncia a remarcação de preços está, no nível da consciência espontânea, lutando contra o setor do capital, contra uma das formas de exploração. Isso significa que o congelamento tenta jogar o conflito de classes para outro nível, em que o capital tem maiores possibilidades de administrá-lo. O congelamento e a campanha oficial pela fiscalização procuram retirar o conflito de classes da fábrica, onde se dá a forma originária e fundamental da exploração no capitalismo, e deslocá-lo para a relação preço/consumidor. Portanto, tenta retirar a luta de classes do nível da produção e jogá-la para o nível da circulação de mercadorias. É esse nível que aparece para a consciência espontânea da massa como conflito de classes, como uma luta contra a exploração e o capital. O congelamento, nessa conjuntura, representa uma manobra política extremamente eficiente da classe dominante porque tira, momentaneamente, o conflito de classe da fábrica, da produção, e o lança no nível da circulação. Nesse caso, o conflito de classes aparece como uma relação entre os preços e o consumidor e não entre salários e lucro, que é a base fundamental do processo de exploração da sociedade capitalista.

#### O PACOTE E A DESINDEXAÇÃO

46. A desindexação, por seu turno, significa a retirada de diversos mecanismos de defesa da inflação. No entanto, o impacto do processo de desindexação não é semelhante para todas as classes sociais e agentes econômicos:

a) *Capital Financeiro* – O capital financeiro perdeu a correção monetária que incidia sobre os diversos títulos e empréstimos. Porém, a taxa de juros permanece liberada e permite que a correção monetária continue nela, assegurando a defesa da margem de lucros para os bancos.

b) *Empresas Produtivas* – No setor produtivo, o impacto do pacote também é diferenciado. O congelamento impede o repasse aos preços, mas as empresas buscarão reduzir custos e aumentar produtividade para defenderem suas margens de lucro. A possibilidade de redução dos custos é viável, principalmente nas grandes empresas oligopólicas, que têm maior poder de mercado e poderão utilizar-se das pequenas e médias empresas como um colchão amortecedor do pacote. A política de redução de custos daquelas empresas deverá se basear em: investimentos e novas tecnologias, ocasionando o desemprego; aumento da rotatividade no emprego como forma de redução dos salários e de peso relativo da folha de pagamento; arrocho sobre as pequenas e médias empresas, especialmente fornecedoras de componentes.

### O PACOTE E OS SALÁRIOS

47. O pacote promove, ainda, um confisco salarial dos mais profundos e graves da história recente do País. O confisco salarial pode ser discutido de vários ângulos. Os preços, tarifas, serviços, reajustes das ORTN e OTN, taxa de câmbio, foram congelados pelo pico. Ou seja, pelos respectivos valores, incorporando a inflação do período anterior, inclusive do mês de fevereiro. Por exemplo, as ORTN, que correspondem à correção monetária e servem para a valorização das aplicações financeiras e inúmeros contratos comerciais, foram reajustadas em 14,36%, ou seja, de acordo com a inflação integral de fevereiro. Os salários, ao contrário, tiveram seus valores congelados pelo valor médio dos últimos seis meses. Isso significa que os salários foram convertidos para cruzados pela média e os preços pelo pico. Aceitar essa forma de conversão dos salários significa reconhecer que os trabalhadores foram responsáveis pela inflação do período anterior. A conversão salarial pela média retira dos salários o valor correspondente à inflação dos últimos seis meses, que foi a mais elevada da história econômica do País.

48. O procedimento de conversão dos salários pela média dos últimos seis meses é o ponto central do processo de confisco salarial. Porém, há ainda críticas sobre a forma como está sendo calculada a média: o governo considerou apenas cinco meses de inflação para o cálculo, tomando o mês de fevereiro igual a 1.000, ou seja, como se não tivesse havido inflação. O argumento básico do governo é que esse é o poder real de compra, porque o salário devido ao trabalhador em fevereiro só seria recebido em março, quando não haveria inflação. Há que se considerar que na construção civil é prática o recebimento semanal de salários; muitas empresas na indústria e comércio pagam vales quinzenais, além de diaristas e de adiantamentos, fatores que antecipam os gastos do trabalhador assalariado. Portanto, o governo optou por um conceito de média salarial que beneficia os que compram e não os que vendem sua força de trabalho. Os trabalhadores perderam um mês de inflação no cálculo oficial da média. A metodologia oficial de cálculo da

inflação coletava os preços para apuração do índice de inflação – IPCA – do dia 15 [do mês anterior] ao [dia] 15 do mês correspondente. Isso significa que a inflação de fevereiro foi calculada com base na evolução dos preços do dia 15 de janeiro a 15 de fevereiro. Portanto, há um resíduo inflacionário, correspondente ao período de 15 a 28 de fevereiro, que deveria aparecer no cálculo da inflação, e esse resíduo foi desprezado pelo novo índice – IPC. Podemos estimar que esse resíduo deve ser de 5% a 7% e que, se fosse considerado, levaria a uma aceleração no disparo do gatilho da escala móvel de 20%, porque os trabalhadores começariam o novo período do cruzado com uma inflação inicial, em março, de 6% a 7%. O abono do governo, de 8%, foi concedido para eliminar essa perda, segundo alguns assessores governamentais. Desde o abono, 6% correspondem ao resíduo e 2% à elevação do custo de vida ocorrido no período anterior ao congelamento de preços, gerada pela especulação com os produtos agrícolas devido à seca. O abono de 8% não eleva a média salarial. Ao contrário, é insuficiente para garantir o cálculo exato da média, se considerarmos que continua faltando um mês de inflação no cálculo.

49. O terceiro aspecto das perdas salariais com o pacote econômico do governo está na escala móvel do salário. O que era média salarial se transformou em pico, ou seja, a média dos últimos seis meses é o maior salário que o trabalhador deverá receber no Brasil do cruzado. Portanto, como os salários só serão corrigidos integralmente com a inflação de 20%, haverá uma perda real de salários no futuro próxima a 9,5%.

50. O pacote tem outras implicações no processo de negociação coletiva. Em primeiro lugar, ele retira da Justiça do Trabalho o poder normativo para a reposição salarial do passado, como vinha ocorrendo a partir da greve nacional dos bancários, em setembro de 85. Em segundo lugar, a mudança no decreto que assegura um reajuste de 60% da inflação passada, como antecipação salarial, por ocasião da data-base, representa um grande retrocesso em relação à política salarial anterior. Essa modificação tem objetivos políticos, ou seja, impedir a unificação de data-base na escala móvel de 20%. Os trabalhadores perderam a unificação da data-base sem que fosse assegurada sequer a reposição integral das perdas salariais nas respectivas datas-base.

### TRABALHADORES CONTRA O PACOTE

51. O pacote representa uma tentativa de modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Mais precisamente, os desdobramentos deste pacote, no nível do processo de acumulação de capital, deverão favorecer o grande capital monopolista, concentrando e centralizando o capital e estimulando o processo de internacionalização da economia brasileira. De outro lado, o pacote pretende esquecer o passado em relação às perdas salariais, ao desemprego e à distribuição de renda. Tenta consolidar o padrão de distribuição de renda, portanto, o modelo de crescimento, como a base do atual processo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro.

52. O pacote procura modificar o cenário da luta de classes, permitindo uma retomada de iniciativa política da classe dominante, gerando condições sociais, econômicas e políticas mais favoráveis ao processo de transição política conservadora, iniciada no Colégio Eleitoral. Não obstante, a realidade do País está

longe dos desejos governamentais. Recentemente, praticamente toda a cidade de Criciúma (SC) encontrou-se paralisada; antes pararam os sapateiros de Franca (SP), portuários e ferroviários do Rio, metalúrgicos de Niterói, professores e funcionários do Distrito Federal, metalúrgicos de Porto Alegre e Canoas (RS) etc. Essas greves, todas contra o arrocho e o congelamento da miséria, mostram que os trabalhadores recusam, na prática, os planos do governo. Assim:

a) *em relação aos trabalhadores do campo*, as iniciativas do governo, de importação de alimentos, de implantação regional da proposta de reforma agrária e política agrícola visando tornar os latifundiários “produtivos”, visam isolar as lutas pela reforma agrária, aumentar o desemprego nas regiões da agroindústria canavieira, fortalecer o sindicalismo pelego;

b) *em relação à classe operária*, o congelamento de preços, por seu impacto popular, deverá ser a bandeira da política de enfrentamento dos patrões nas mesas de negociação; c) *em relação aos bancários*, além do pacote econômico, o governo pretende realizar uma reforma bancária, que provocará mais demissões na categoria. Nesse quadro, os 800 mil bancários do País terão que organizar a sua Campanha Salarial/86, intensificando desde já a luta contra as demissões. Nessa luta, ocupa lugar importante a denúncia e o combate ao boicote levado pelo grupo liderado pela Contec, que é também da CGT, que apoia o pacote e se oferece para administrar as demissões em massa, em conjunto com os banqueiros e com o governo; e que, nessa linha, acaba de desrespeitar a deliberação nacional de realizar o Encontro Nacional no Rio de Janeiro, transferido pela Contec para Fortaleza.

53. A luta salarial tenderá a se tornar mais difícil, e o isolamento, um risco. Dois comportamentos opostos explicam por que uma greve pode se isolar ou não. Na greve dos sapateiros de Franca, a CUT agiu explicando o sentido do movimento contra o pacote, de recusa do arrocho salarial, mostrando praticamente que os trabalhadores não aceitam “pagar o pato” em nome do congelamento de preços. Essa atuação foi radicalmente oposta à da CGT e da diretoria do Sindicato na greve dos metroviários de São Paulo. Depois de pressionadas pela base a entrar na luta, essas direções tentaram, a todo momento, falar que a greve não era contra o pacote, desviando seu rumo e tentando ocultar da população o real motivo da paralisação. Mas a ação dos petistas e da CUT nessa greve serviu para mostrar que a luta era realmente contra o pacote, impedindo maiores prejuízos para o movimento.

54. Essas variantes possíveis da aplicação do atual pacote econômico devem nos alertar para a necessidade de encontrar respostas adequadas, para levar as massas trabalhadoras a compreender que, em qualquer dos casos, a burguesia só está buscando solução para sua própria crise. Essas respostas têm que levar em conta que uma parte das massas voltou a acreditar nas promessas da burguesia, colocando-se, pois, sob sua hegemonia.

55. Isso, aliás, é decorrência da própria luta do movimento operário-sindical e popular, que ameaçava a burguesia de perder sua hegemonia sobre as grandes massas. Como é de praxe na luta entre o capital e o trabalho, a burguesia viu-se compelida a apresentar concessões a reivindicações concretas do movimento social e fazer com que este entrasse na defensiva. Houve, assim, uma troca no domínio da iniciativa. Antes a iniciativa estava com o movimento sindical, que forçava o governo a adotar a trimestralidade, a diminuição da jornada de trabalho, seguro-desemprego,



congelamento etc. Ao apossar-se, mesmo de forma deturpada, de algumas dessas bandeiras, ainda por cima colorindo-as com um matiz pseudo-nacionalista, o Governo Sarney procurou deter a iniciativa política e obrigar o movimento sindical e popular a reformular suas táticas de luta.

56. Esse processo faz parte da educação de luta dos trabalhadores, em especial de seus setores mais avançados. A disputa pela hegemonia sobre as grandes massas que ainda não despertaram para a vida política, ou que despertaram de forma incompleta, com vistas à conquista ou manutenção do poder político, é o eixo que atravessa as ações políticas. A perda momentânea de iniciativa, assim, se é preocupante, não quer dizer que a batalha esteja perdida, da mesma forma que a conquista parcial da iniciativa não significa que a batalha esteja ganha. Mas exige de nós uma postura crítica realista e a adoção das políticas correspondentes para neutralizar a política governamental e levar as massas, qualquer que seja o resultado das medidas adotadas, a compreenderem que, sob o capitalismo, elas continuarão sendo exploradas e oprimidas e que os problemas estruturais que as afligem continuarão existindo, enquanto persistir esse modo de produção.

57. Ao baixar o pacote, o Governo Sarney procura ganhar, com isto, a legitimidade que não possui, como fruto que é do Colégio Eleitoral. O mandato Sarney continua tão ilegítimo quanto antes. O PT continuará desenvolvendo sua linha de oposição ao governo e lutando pelo seu fim o quanto antes possível. O PT mantém sua defesa das diretas para Presidente.

58. As políticas para enfrentar as medidas da Nova República e para tirar as massas da hegemonia da burguesia fazem parte das tarefas do PT para a atual conjuntura, e serão vistas mais adiante neste documento.

#### V- CONGRESSO CONSTITUINTE

59. Além do pacote Sarney e demais reformas econômicas e sociais anunciadas ou implantadas pelo novo regime, a conjuntura atual apresenta uma particularidade extremamente significativa: o processo constituinte, que, de bandeira e reivindicação de forças democráticas desde meados da década de 60, agora se transformou, nas mãos da *Nova República*, num projeto de consolidação da hegemonia burguesa sobre e contra o movimento popular. Em 1985, a proposta pela qual o PT e várias forças políticas lutavam era a da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, autônoma, independente do Poder Executivo e do Poder Legislativo, soberana, democrática e de ampla consulta popular. Mas essa proposta foi derrotada pela maioria conservadora da Aliança Democrática e, no seu lugar, está sendo convocado um Congresso Constituinte, de poderes e âmbito restritos e limitados, em que a burguesia e as forças políticas conservadoras têm grandes chances de obter maioria.

60. Apesar de suas limitações, o Congresso Constituinte será um momento importante do processo de transição política que ocorre no País. Isso por duas razões essenciais: para a burguesia, trata-se de constituir a base de legitimidade política dos seus projetos de transição conservadora; para os trabalhadores e a massa dos explorados pelo sistema capitalista, trata-se não só de deslegitimar os projetos político-institucionais da Aliança Democrática, como de fazer avançar a luta por uma concepção alternativa de organização econômica e social e de democracia;



ou seja, uma concepção que exprima os interesses dos trabalhadores e a sua decisão de manter a sua independência de classe no processo de transição.

61. Apesar de sua forma antidemocrática, que procura usurpar a soberania popular, o Congresso Constituinte vai ter de tocar grandes questões econômicas, sociais e políticas do País. Como a burguesia deseja legitimar o seu próprio sistema econômico, social e político, [reestruturando] o poder do Estado em função da melhor forma de fazer prevalecerem seus interesses de classe, será inevitável, diante do caos jurídico e político herdado do período da Ditadura, que os grupos dominantes tenham de enfrentar os desafios colocados pela crise política crônica, que vem desde os tempos dos governos militares. Para alcançar tais objetivos – e legitimar o seu projeto conservador de democracia – a burguesia e os demais grupos dominantes se vêem obrigados a buscar o apoio e o reconhecimento das massas populares e, por isso mesmo, não podem fechar todos os canais de intervenção popular na Constituinte, o que permite aos trabalhadores lutarem pelo seu próprio projeto político e de sociedade.

62. É convivendo com sua contradição, entre legitimar para as massas populares seu projeto exclusivista de classe e abrir espaços para os mesmos nomes disputarem os seus projetos políticos, que apontam na direção de uma efetiva democratização da sociedade e do Estado, que a burguesia também procura estabelecer mecanismos de limitação da participação popular. A substituição da tentativa de convocar Assembléia Nacional Constituinte com ampla participação, capaz de assegurar a soberania popular, pelo Congresso Constituinte limitado é o exemplo mais significativo que as classes dominantes poderiam ter dado de sua idéia de que a participação popular maciça poderia vir a resultar na elaboração de uma Constituição que rompesse com os limites da transição conservadora.

63. Todos sabem que os direitos dos trabalhadores não serão assegurados apenas com garantias constitucionais e legais. No entanto, a experiência das últimas décadas de luta nos mostra, também, que inscrever direitos e garantias na Constituição é uma forma de assegurar que a luta pela implementação e pela sua realização possam crescer e se ampliar ainda mais. Talvez o melhor exemplo seja o do direito de greve. Nos últimos anos, os trabalhadores não precisaram esperar que o efetivo direito de greve estivesse reconhecido na Constituição para se organizarem e lutarem. O ciclo de greves dos últimos dez anos mostra que a prática combativa rompe muitos obstáculos. No entanto, todos sabemos que, reconhecidos os direitos de greve e a autonomia sindical, se torna mais difícil que ocorram intervenções do Estado nos sindicatos e, como tantas vezes aconteceu durante a Ditadura, que o avanço do próprio movimento sindical seja dificultado com intervenções, cassações e medidas punitivas.

64. Essas contradições da luta política apontam para a necessidade de os trabalhadores intervirem de forma decisiva e vigorosa no processo constituinte, seja para ampliá-lo, com a revogação do chamado *entulho* autoritário, como LSN [Lei de Segurança Nacional], Lei de Greve, Lei de Imprensa etc., [seja na] abertura da legislação eleitoral, em particular no que diz respeito à representação municipal, para incluírem na futura Constituição muitas das suas conquistas e direitos, aprofundando, assim, as brechas no Estado e no capitalismo. Torna-se imprescindível, portanto, que o crescimento popular dos trabalhadores do campo e da cidade esteja politicamente preparado para intervir e marcar [a]

transição com os seus interesses, as suas perspectivas e as soluções práticas que permitem alcançá-las.

65. Não cabe, portanto, a tese de não participação no Congresso Constituinte, mas, muito pelo contrário, ampla disposição de luta e de mobilização para:

- 1) quebrar a limitação do Congresso Constituinte; e
- 2) radicalizar o seu cenário em direção aos seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

Com a luta e a mobilização dos trabalhadores, a Constituinte permitirá tratar dos grandes temas que lhes interessem de perto: direitos que limitem a propriedade, em especial a propriedade da terra rural e urbana; o problema da dívida externa, a partir da revisão da ordem econômica; a questão da própria democracia, em relação à qual se deverão propor medidas que tornem real a participação popular no poder, inclusive através da criação de Conselhos Populares, de medidas que representem uma efetiva descentralização e desconcentração do poder político, hoje em mãos do Executivo. Na mesma direção devem ir os projetos que façam avançar o controle dos trabalhadores sobre o Estado, e as medidas que permitam limitar o poder das Forças Armadas, como, por exemplo, a submissão de sua hierarquia ao Congresso Nacional e não só ao presidente da República. Através, portanto, da sua luta na Constituição, os trabalhadores poderão, no confronto com as propostas da burguesia, modificar as propostas de uma nova sociedade, capaz de corresponder aos seus interesses e aos da maioria do povo brasileiro.

66. Intimamente ligada à questão do processo constituinte está, também, a eleição de governadores, senadores e deputados estaduais. As questões específicas da campanha eleitoral de 1986 estão contidas no Documento Eleitoral Básico, aprovado no IV Encontro Nacional do PT. Aqui, neste Plano de Ação Política e Organizativa, são colocadas algumas questões gerais, que devem servir de orientação, tanto para programas de governo dos eleitos pelo PT quanto para as ações políticas de oposição aos eleitos de outros partidos.

## O PLANO DE AÇÃO

### VI- TAREFAS POLÍTICAS

67. Torna-se cada vez mais indispensável e urgente a necessidade de o PT debater, elaborar e apresentar ao conjunto da sociedade um projeto alternativo de transformações a curto e médio prazos, integrando o acúmulo de reflexão e de práticas das lutas do movimento popular, sindical e político-partidário nos planos econômico, social, cultural, parlamentar, institucional etc. Embora tal decisão já tenha sido tomada pelas instâncias partidárias, as imposições da conjuntura e as debilidades organizativas do Partido não permitiram, ainda, que essa tarefa prosseguisse no ritmo necessário. Assim, deverá ser um dos compromissos fundamentais da nova direção do Partido a elaboração do projeto alternativo e a organização do debate interno e externo desse documento. Como contribuição a esse debate e como alguns dos pontos fundamentais que devem integrar o projeto, aqui são colocadas as questões mais prioritárias, no momento.

### LUTAS CONTRA O PACOTE ECONÔMICO

68. O eixo da luta política e social deslocou-se momentaneamente, em virtude da reforma monetária, para o terreno das mudanças econômicas. O governo vem induzindo as massas a transformarem-se em fiscalizadoras do congelamento e aceitar como grande benefício a compressão salarial. O controle dos preços tornou-se, assim, uma esperança de estabilidade para os trabalhadores. Não é por acaso, pois, que essa medida foi a que obteve maior repercussão e que contou com um respaldo de massas maior.

69. As novas expectativas criadas entre a população, com a recente política econômica, introduziram modificações consideráveis na luta contra a carestia, pela reposição e aumento salarial e pela moradia. Mantendo a linha de transição conservadora intocada, a burguesia empreende agora uma política que, na prática, vai representar a transferência de uma massa considerável de mais-valia social para certos setores empresariais capitalistas e a diminuição da carga de dívida pública, criando novas condições de acumulação e investimento para o capitalismo, com sua posterior expansão. A articulação desses resultados exige que o PT estabeleça novas táticas setoriais na luta contra a carestia, por aumento de salário e pelas demais reivindicações no movimento operário e popular.

#### CONTRA A CARESTIA

70. Na luta contra a carestia, que voltou a ganhar uma ênfase considerável, será preciso levar em conta a atual mobilização das massas pelo controle do congelamento, adotando, ao mesmo tempo, uma postura mais crítica e ofensiva para fazer avançar o movimento de massas. Do ponto de vista crítico, será necessário realizar um paciente trabalho de esclarecimento, mostrando as limitações das medidas de congelamento e os resultados que tais limitações poderão trazer sobre a inflação real e sobre os salários. Ao mesmo tempo, é preciso indicar as medidas que deveriam ser adotadas para tornar efetivo o congelamento, medidas que incluem o monopólio sobre o comércio atacadista, a compra obrigatória, pelo Estado, dos gêneros e produtos essenciais, com a manutenção de estoques reguladores; o controle direto das unidades produtivas, para evitar que os preços de produção pressionem os preços de venda; o controle dos juros, para permitir o rebaixamento dos custos de produção.

71. Para fazer frente a esse novo estágio da luta contra a carestia, torna-se necessário, ao PT, participar da mobilização das massas, com propostas claras de oposição global ao pacote econômico, apontando para políticas efetivas de participação na luta pelo congelamento, com eixos centrais em defesa do congelamento, com eixos centrais e prioritários:

a) participar dos movimentos que já existiam em defesa do congelamento dos preços de gêneros essenciais de consumo popular, serviços e tarifas de serviços públicos (luz, água, transporte);

b) participar dos comitês de congelamento, movimentos de massa e associações que lutem pelo congelamento, sempre na perspectiva de defesa dos interesses populares.

#### CONTRA O ARROCHO SALARIAL

72. Na luta para aumentar os salários, também será necessário realizar uma ampla divulgação dos mecanismos de arrocho salarial embutidos no decreto-lei

2284, que, por sinal, atingiram fundo os bancários e os sapateiros de Franca e Birigüi, só para citar dois exemplos entre as inúmeras categorias que vêm sofrendo os efeitos nocivos da nova política econômica do governo.

73. Diante desse quadro, será necessário não só lutar para que o gatilho da escala móvel de salários seja disparado quando a inflação alcançar 5% ou 10%, como, também, para que o reajuste automático seja determinado pela inflação real. Para controlar essa inflação, será necessário exigir o controle dos órgãos de aferição estatística pelas entidades de trabalhadores, combinando essas medidas com os controles do congelamento.

74. No movimento sindical, é da máxima importância que o PT apóie decididamente o trabalho da CUT na campanha de esclarecimento sobre o conteúdo e as consequências do pacote econômico, objetivando preparar os trabalhadores para responder ao decreto, tanto do ponto de vista econômico quanto político:

a) trabalhar ativamente no sentido de desmistificar a falácia sobre os salários e mostrar para os trabalhadores e a opinião pública que o decreto provocou um violento confisco salarial;

b) mostrar que a medida que instituiu o salário-desemprego, da maneira como foi formulada, é extremamente restrita em relação ao quadro de desempregados do País;

c) além de institucionalizar as perdas salariais anteriores, o decreto, ao estabelecer a *escala-móvel* do reajuste quando a inflação atingir o índice de 20%, não assegura a reposição das perdas futuras.

75. Na discussão específica sobre o congelamento de preços, é necessário esclarecer:

1º- que o decreto não garante, efetivamente, o congelamento dos preços, que poderão vir a ser reajustados, ao contrário dos salários, estes sim, congelados por um ano;

2º- que os preços foram congelados no pico inflacionário dos últimos seis meses, enquanto os salários foram corrigidos e congelados na média dos índices de inflação do mesmo período;

3º- que não há garantias reais do controle e fiscalização dos preços por parte do governo, nem sua capacidade de controlar e coibir as fraudes, a especulação e o mercado paralelo. 76. A CUT tem definido a Campanha Nacional de Lutas/86, *Salário e Emprego para Todos*, numa perspectiva correta, assentando as bases para recriar uma dinâmica nacional de lutas. O PT deve apoiar essa proposta, agregando-lhe novos elementos. Assim, as tarefas do Partido no movimento operário e popular são:

1º- Combinar a campanha da Constituinte com o processo das lutas operárias (Campanha Nacional de Lutas, greves, mobilizações etc.), assumindo as principais bandeiras do movimento (reforma agrária, [jornada semanal de] 40 horas, não-pagamento da dívida externa, [ratificação da] Convenção 87 da Organização [Internacional] do Trabalho – OIT etc.);

2º- Orientar todas as suas candidaturas (tanto majoritárias quanto proporcionais) no sentido de que elas estejam a serviço das lutas que virão, devendo, portanto, aparecer identificadas com as propostas dos trabalhadores nos processos de mobilização (greves etc.);

3º- Realizar grandes campanhas políticas nacionais em torno de bandeiras populares, sobre a dívida externa, liberdade de organização dos trabalhadores, contra as demissões etc.;

4º- Articular sua militância sindical e popular no sentido de unificar as lutas, visando concentrá-las no segundo semestre de 86, no período anterior às eleições (15 de novembro). Nesse processo, o Partido tem que se preocupar em dar uma perspectiva política maior e mais global para as diversas lutas.

77. A partir dessas considerações, os petistas também devem empenhar-se no apoio à pauta de reivindicações e ao calendário da Campanha Nacional de Lutas redefinidos pela CUT, já que o eixo dessa campanha voltou-se, fundamentalmente, contra a política do governo e as medidas do pacote (confisco e arrocho salarial e proibição dos trabalhadores lutarem contra as perdas salariais). O encaminhamento da Campanha Nacional de Lutas, em seus desdobramentos, deve procurar:

a) desnudar os objetivos políticos e econômicos do pacote;

b) apontar a necessidade de avançar na construção da organização dos trabalhadores (no local de trabalho, moradia, sindicatos, na CUT e na construção de instrumentos de luta: mobilizações, greves, ocupações), buscando criar as condições para a deflagração da greve geral visando derrotar o pacote e a política econômica do governo;

c) defender a seguinte pauta de reivindicações:

1º- salário mínimo real (de acordo com o cálculo do DIEESE);

2º- reposição das perdas salariais;

3º- correção dos salários com base na inflação acumulada até 28 de fevereiro;

4º - escala-móvel com reajuste automático toda vez que a inflação atingir o índice de 5%;

5º- salário-desemprego para todos;

6º- estabilidade no emprego;

7º- redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários;

8º- reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;

9º- congelamento de preços e garantia de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade;

10º- tabelamento dos juros;

11º- estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores;

12º- suspensão da remessa de lucros para o Exterior;

13º- suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI;

14º- Constituinte democrática e soberana com ampla participação popular;

15º- liberdade e autonomia sindical, com a aprovação da Convenção 87 da OIT;

16º- creches para as crianças até os seis anos de idade;

d) defender e apoiar a Campanha Nacional de Lutas da CUT, *Salário e Emprego para Todos*, tendo como eixo das lutas:

1º- Salários

- recuperação das perdas salariais impostas pelo pacote

- salário mínimo real

- garantir o congelamento dos preços e abastecimento

- escala-móvel a 5%;
- 2º- Emprego
- estabilidade no emprego
  - redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução do salário
  - reforma agrária sob o controle dos trabalhadores
  - salário-desemprego para todos.

### A VIOLÊNCIA NO CAMPO

78. O PT colocará como uma das suas prioridades a campanha contra a violência no campo, exigindo a punição dos assassinos e mandantes. Os assassinatos de lideranças de trabalhadores tornaram-se prática comum dos latifundiários, para sufocar as lutas dos camponeses e dos assalariados agrícolas. Além disso, o PT exigirá o fim do aparato repressivo (CETAT, SNI, LSN etc.) e o fim das milícias paramilitares (esquadrões da morte, arapongas, jagunços etc.), bem como a apuração e punição dos crimes (assassinatos e torturas) cometidos desde o período da Ditadura Militar.

79. A transição conservadora esbarra, hoje, numa grande contradição. De um lado, é vanguardada pelos capitalistas *avançados* dos grandes centros industriais, que desejam modernizar as relações sociais no campo brasileiro, visando a expansão do capital. De outro lado, essa mesma transição conservadora se apóia no latifúndio, no voto de cabresto dos caciques regionais, que não querem, de modo algum, alterações no regime de propriedade rural.

80. Para fazer frente a algumas iniciativas ligeiramente reformistas do Governo Sarney, os latifundiários se organizaram, abrindo espaço para a atuação deultradireita, envolvendo desde os antigos ideólogos da repressão até o mais vil banditismo organizado. Dezenas de organizações patronais foram estruturadas ou rearticuladas nos últimos meses. Os exemplos mais expressivos são: o PURR – Pacto de Unidade e Resposta Rural; a SRB – Sociedade Rural Brasileira; as federações estaduais da agricultura; e a própria CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

81. Cabe destacar a atuação da UDR [União Democrática Ruralista], entidade que nasceu em Goiás, no segundo semestre de 1985, e, em menos de seis meses, conseguiu se expandir para vários outros estados do País, promovendo leilões de animais com o fito de armar milícias rurais para assassinar lideranças de trabalhadores e instaurar o terror nas áreas de posse. É importante assinalar as ligações da UDR com setores do aparato repressivo, com as polícias militares, com altos funcionários e governadores de estado e até mesmo com comandantes militares que ocupam cargos em ministérios.

82. Não se pode mais afirmar que a ultradireita, no Brasil, esteja contida pelos dirigentes da Aliança Democrática. Hoje, ela se organiza, se arma e atua abertamente no campo brasileiro, e essa contradição é um *calcanhar de Aquiles* da transição conservadora. O PT deve intervir imediatamente nessa questão, lutando decididamente pela reforma agrária e contra a violência que se abate sobre os trabalhadores rurais, denunciando as entidades patronais terroristas e responsabilizando os governos estaduais e o governo federal pelo verdadeiro



massacre de que são vítimas nossas populações rurais por parte das milícias patronais, dos pistoleiros e das polícias militares, até com cobertura do Poder Judiciário e das Forças Armadas. Mais do que isso, o Partido dos Trabalhadores deve apresentar ao conjunto da sociedade o seu projeto de reforma agrária, definindo-o de uma forma concreta para o momento atual.

83. Assim agindo, o PT contribui para desmascarar a *Nova República*, pondo a nu o caráter conservador da transição. O desenvolvimento, por parte do PT, de uma ampla campanha contra a violência no campo e em defesa da vida é, hoje, inadiável, para proteger a vida de todos os trabalhadores, inclusive de seus pró-prios militantes e dirigentes. Temos, neste momento, dezenas de dirigentes, militantes e até mesmo candidatos do PT ameaçados de morte, alguns, inclusive, sendo caçados por matadores profissionais nos sertões de Goiás, Maranhão, Pará, Mato Grosso e outros estados. Existem listas regionais de “cabras marcados para morrer”, elaboradas pelas organizações patronais de direita, nas quais figuram nomes de expressivas lideranças petistas.

#### PROJETO ALTERNATIVO GLOBAL

84. É preciso levar em conta que o governo não esgotou suas medidas com a forma monetária. Novas providências virão, algumas com o objetivo de ganhar simpatia para as eleições de novembro, e não se descarta uma jogada de tom populista em relação ao FMI e à dívida externa. Por isso mesmo, além do plano de lutas, o PT deve ser capaz de elaborar e colocar em debate para a sociedade o seu projeto alternativo, que se contraponha à lógica e ao alcance da política do governo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Entendemos que, na parte econômica e social, este projeto deve conter pelo menos os seguintes pontos:

- a) suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI;
- b) reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- c) estatização do sistema bancário e financeiro;
- d) controle, pelos trabalhadores, dos fundos sociais;
- e) orientação do crescimento econômico, com distribuição de renda, recuperação salarial, prioridade para o mercado interno, para a agricultura de alimentos;
- f) educação e saúde públicas e gratuitas, estatização gradativa do sistema de transportes e uma política habitacional que privilegie a construção de moradias populares;
- g) estatização da indústria farmacêutica;
- h) contra a privatização e pela democratização das empresas estatais.

85. Somente com um projeto alternativo poderemos nos apresentar para o País, na Constituinte, como uma alternativa real de mudanças. Só assim teremos condições de colocar na ordem do dia a questão do poder e da construção do socialismo, fazendo avançar a organização e a consciência dos trabalhadores e do povo. Nesse sentido, a luta pela liberdade e autonomia sindicais, pela liberdade de organização livre da tutela do Estado, pelo fim da atual estrutura sindical, representam medidas essenciais para que os trabalhadores possam acumular forças e enfrentar melhor as manobras e medidas da burguesia e do Estado.

#### LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAIS

86. A luta pela liberdade e autonomia sindicais terá que ganhar um novo impulso. Os trabalhadores só conseguirão ganhar consciência da dimensão da nova política governamental se eles conquistarem o direito de se organizarem livremente, inclusive nos locais de trabalho, e de exercerem controle direto sobre as mudanças em curso, exigindo e impondo que elas beneficiem os trabalhadores. O direito irrestrito de greve, no momento em que o governo acena com a livre negociação entre patrões e empregados, é um instrumento que os trabalhadores precisam conquistar, para ter o poder de fogo nessas negociações. É ponto de unidade no Partido a luta contra a estrutura sindical corporativista, baseada na legislação do fascismo italiano. O PT estabeleceu, há muito, como uma de suas principais bandeiras de luta no movimento sindical a conquista da autonomia e da liberdade sindicais, princípio contido na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

87. A luta contra a estrutura sindical de origem fascista e pela liberdade e autonomia sindicais compreende a firme oposição a qualquer interferência do Estado (Executivo, Legislativo ou Judiciário) na estruturação do sindicalismo brasileiro, estruturação que deve ter como princípio básico o direito de os trabalhadores se organizarem de forma livre e autônoma. Isto significa que a estrutura sindical livre e autônoma, que os trabalhadores começaram a construir com a criação da CUT, não deve depender apenas da Constituinte, nem deve ser negociada com a velha estrutura sindical. A nova estrutura sindical, a ser aprovada no Congresso da CUT, deve ser implantada através da participação efetiva dos trabalhadores sindicalizados e não-sindicalizados.

88. Embora a construção de uma estrutura sindical livre e autônoma seja incompatível com a interferência do Estado, os trabalhadores não devem se furtar a que a Constituinte consigne, na nova Constituição, leis que garantam a atividade sindical, tais como:

- a) liberdade e autonomia sindicais, ratificando a Convenção 87;
- b) democracia interna no processo eleitoral, na gestão e na administração sindical;
- c) estabilidade no emprego para quem tem mandato sindical, em qualquer instância, e para todos os membros concorrentes às eleições sindicais;
- d) garantia de criação e funcionamento de Comissão de Empresa, eleita pelos trabalhadores, independente da estrutura sindical, com estabilidade de emprego e condições de funcionamento dentro da empresa;
- e) desconto em folha de pagamento de todas as contribuições sindicais definidas pelo sindicato.

89. A conquista da liberdade e da autonomia sindicais deve constituir, ao mesmo tempo, a conquista do sindicato como instrumento de luta para a obtenção das reivindicações e aspirações dos trabalhadores. O sindicato deve voltar a representar, na nova estrutura sindical autônoma, o instrumento de unificação imediata de todos os trabalhadores, a partir de seus locais de trabalho até sua instância máxima. A construção de sindicatos únicos por ramo de atividade econômica deve ser garantida pela força política e pelo avanço da consciência de classe dos trabalhadores contra a exploração e a opressão patronal, não por uma unicidade sindical imposta pela lei.

90. A liberdade e a autonomia sindicais devem garantir eleições livres e democráticas em todas as instâncias da estrutura sindical, com iguais condições para todos os concorrentes, através de mecanismos criados pelos próprios trabalhadores. Nas instâncias de base, o PT deve lutar para que sejam efetivadas eleições diretas. O exercício da democracia sindical implica que seja garantida a liberdade de expressão das correntes de opinião existentes no movimento sindical, ao mesmo tempo em que se procure manter a unidade de ação dos trabalhadores, sem distinção, contra a exploração patronal e a interferência e arbitrariedade do Estado.

91. Na luta para manter a unidade de ação dos trabalhadores, ganha especial importância a organização das Comissões de Empresa. Essas comissões devem ser órgãos unitários de todos os trabalhadores dentro de uma mesma empresa, representando os interesses imediatos desses trabalhadores no confronto direto com os patrões. As Comissões de Empresa, para serem órgãos unitários e, ao mesmo tempo, autônomos, devem ficar fora da estrutura sindical e partidária, garantindo-se que delas participe todo o coletivo dos trabalhadores. Os petistas devem esforçar-se para que o sindicato e também o Partido mantenham com as Comissões de Empresas um relacionamento que respeite sua autonomia e sua representatividade ampla. As Comissões de Empresa são, pois, organismos de luta e de organização de todos os trabalhadores dentro de cada empresa, não entidades de vanguarda. A suposição de que as Comissões de Empresa são, ao mesmo tempo, órgãos de poder dentro das empresas não corresponde à realidade atual da consciência e organização dos trabalhadores. Entretanto, por outro lado, não se pode descartar que, com o avanço da luta de classe dos trabalhadores, as Comissões de Empresa possam evoluir nesse sentido. Mas essa evolução deve depender da luta e da experiência dos próprios trabalhadores e não da decisão teórica de quem quer que seja.

### TRABALHADORES DO CAMPO

92. As delegacias sindicais, organizadas nas zonas rurais como representação dos trabalhadores rurais sindicalizados nos distritos ou lugarejos, não podem, nem devem, substituir outras organizações de trabalhadores que reúnam o conjunto dos trabalhadores do lugar, como as comunidades e os conselhos comunitários. No processo de organização dos trabalhadores rurais, o PT terá que prestar cada vez mais atenção ao surgimento e desenvolvimento da classe dos assalariados agrícolas. Essa classe de trabalhadores pode querer, mais cedo ou mais tarde, organizar seu sindicato de base específico, o sindicato dos assalariados rurais, diferenciando-se do sindicato de base dos pequenos produtores rurais, que normalmente reúne pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros em regime de produção familiar e que não exploram mão-de-obra assalariada de forma sistemática. Atualmente, os sindicatos de trabalhadores rurais reúnem, indistintamente, pequenos produtores e assalariados, às vezes impedindo que as reivindicações e a organização dos assalariados se desenvolva mais livremente. Apesar disso, os sindicatos de assalariados rurais não deverão ser criados artificialmente, devendo corresponder ao amadurecimento da própria luta dos assalariados e de sua necessidade de organizar-se de forma independente.

## TERRAS INDÍGENAS

93. O PT posiciona-se pela imediata demarcação das terras indígenas, bem como pela preservação dos respectivos subsolos, e pela autodeterminação dessas nações, contrapondo-se à política de *integração* dessas comunidades à nossa sociedade. Nesse sentido, o PT denuncia a invasão de territórios indígenas sob os mais diversos pretextos (“desenvolvimento”, “interesse nacional” etc.), com o claro patrocínio do Governo Federal, seja pelo estímulo, seja pela omissão.

## A REFORMA AGRÁRIA

94. A luta pela reforma agrária e por medidas de proteção aos camponeses também ganha destaque em função do congelamento de preços e do problema salarial. Os trabalhadores têm interesse em que a produção de alimentos se eleve, no sentido de golpear a especulação e baratear seus preços. Para que isso ocorra, uma das condições é dar acesso à terra aos milhões de camponeses sem terra, através da reforma agrária. É preciso, também, garantir aos pequenos produtores, por meio de compras da Companhia de Financiamento da Produção, preços mínimos compatíveis com seus custos, e crédito barato para ampliar a produção. Isso exige o controle dos juros bancários para o crédito aos pequenos produtores e uma política de crédito rural que os beneficie, excluindo dos juros favorecidos os grandes produtores rurais e capitalistas.

## NA CONSTITUINTE

95. Na luta pela Constituinte, é fundamental ter uma linha mestra de orientação que embase as propostas concretas a serem formuladas nas instâncias do Partido. Essa linha parte da premissa de que a Constituinte é um momento importante do processo da transição burguesa, onde entram em disputa os diversos projetos sociais de uma nova sociedade. A burguesia tenta legitimar seu próprio sistema econômico, social e político, reestruturando o poder de Estado em função de seus interesses de classe. Seu objetivo básico não é transformar a sociedade ou mesmo reformá-la, mas somente estabelecer formas de continuidade do sistema capitalista.

96. Por isso, se soubermos articular a conquista de direitos reais com a pressão do movimento de massas, através das greves e das manifestações de rua, a nossa intervenção na Constituinte pode ser muito importante e, a médio e longo prazos, pode ampliar a acumulação de forças e de experiências, o que jogará um papel decisivo para o avanço do movimento popular e democrático e para a sua capacidade de se converter numa alternativa real de poder à Aliança Democrática. Por essa razão, a mobilização e a luta que devem marcar a nossa presença na Constituinte (através da bancada mais forte que possamos eleger) deverá ter dois sentidos gerais, que são extremamente importantes:

a) a luta e a exigência de uma democratização radical do Estado e da sociedade, a partir da garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores, do princípio do necessário controle popular sobre as estruturas dos governos e dos esforços para descentralizar e descondensar o poder do Estado – hoje quase exclusivamente concentrado no Executivo – colocando-o a serviço das necessidades populares e sob o controle da sociedade. O ponto de partida para isso é a plataforma de reivindicações socioeconômicas que, nos últimos dez ou 15 anos, vem sendo articulada pelo movimento popular democrático;

b) a luta para quebrar a supremacia da propriedade privada e do capital na futura Constituição, garantindo os direitos fundamentais dos trabalhadores (trabalho, organização, direito de greve, condições de reprodução da força de trabalho), e também medidas que levem a quebrar a exploração levada a efeito pelo capitalismo. Nesse sentido, devem ser consideradas as questões relativas à limitação da jornada de trabalho, seguro-desemprego, direito à habitação, direito à comunicação social e outros, e também limites claros ao princípio da propriedade privada, a obrigação das empresas garantirem, para os que vivem do trabalho, tempo e recursos adicionais para a auto-educação, cultura, lazer, direitos à creche, maternidade etc.

97. A nossa linha de intervenção na Constituinte, portanto, deve assumir um perfil de radicalização da democracia, apontando a direção de conquistas fundamentais no plano social e político; mas, ao mesmo tempo, deve-se colocar na ordem do dia transformações econômico-sociais que levem a uma mudança efetiva na estrutura da sociedade. Vale lembrar, além da questão da propriedade, que terão forte papel, nos temas de reforma urbana e reforma agrária, as questões da educação pública, socialização da medicina, estatização dos bancos e da indústria farmacêutica; por outra parte, medidas destinadas a garantir uma efetiva distribuição da renda, como taxação sobre o estoque de terra urbana e agrária etc. devem ter os seus princípios garantidos também na Constituição, sob pena de o sistema político que resultar da Constituinte não avançar no resgate da questão social.

98. Deve ficar claro, também, o sentido da nossa intervenção na Constituinte quanto à questão do socialismo. Não corresponde à avaliação majoritária dos petistas a visão de que estamos às vésperas da ruptura com o capitalismo ou à implantação do socialismo. Sabemos todos que, na atual correlação de forças, essa questão coloca-se de forma potencial e não de modo imediato. No entanto, é preciso considerar com clareza a relação entre a luta que travamos antes, durante e depois da Constituição, com a questão do socialismo.

99. Trata-se, em primeiro lugar, de avançar em direção a conquistas sociais, econômicas e democráticas que – se é verdade que não são ainda o socialismo – apontam na sua direção, preparam o caminho e, mesmo, são fundamentais para o acúmulo das forças que é necessário obter para a sua construção. Devemos superar, no entanto, com toda clareza possível, quaisquer falsas distinções entre as lutas de hoje e as lutas do futuro, principalmente porque desejamos arrancar da ordem burguesa, hoje, direitos que, no socialismo, serão não apenas a base da construção de uma nova sociedade, mas, mais do que isso, o ponto de partida para o pleno desenvolvimento de cada um e o de todos ao mesmo tempo. Por isso, sem ilusões de que os avanços que forem possíveis agora – a partir da mobilização e da pressão popular e sindical – esgotarão a luta pela igualdade, pela liberdade e pela abolição da exploração, nós queremos, no entanto, caminhar em direção a direitos que, consolidados, significam não só abrir caminhos para realizar as reivindicações imediatas dos trabalhadores, mas também a sua decisiva entrada no território da política; ou seja, a ruptura de uma tradição na qual as massas populares sempre estiveram à margem das decisões estratégicas, que eram tomadas pelas classes dominantes. Por isso, todas as medidas que desde já ajudam a realizar a socialização da política, ainda que parciais, devem ser estimuladas, implantadas e conquistadas por nós.

100. Ao mesmo tempo, trata-se de o PT intervir deixando clara, desde o início, a natureza da crítica que fazemos ao capitalismo, não só ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, mas também à forma específica de organização capitalista e ao modo como ela administra os interesses da sociedade. Essa participação dos trabalhadores na luta pela Constituinte, procurando ampliar o espaço democrático e apresentando às massas uma proposta alternativa à transição burguesa será, ao mesmo tempo, um momento da proposta socialista. A burguesia empenha-se, seriamente, na batalha para eleger uma bancada poderosa no Congresso Constituinte, identificando a sua propaganda e agitação a favor da *livre iniciativa* capitalista. Ela procura levar as massas a crerem que o capitalismo é não só eterno como o único sistema social capaz de lhes proporcionar um futuro positivo e de plena realização.

101. Assim, embora o momento da transformação socialista ainda não esteja colocado, o PT não deve furtar-se de explicitar suas propostas a respeito dela, aproveitando-se mesmo do debate imprimido pela burguesia. Nesse sentido, o Partido terá que definir melhor o socialismo que tem em vista nas condições concretas da sociedade capitalista brasileira. Aprofundando o conhecimento das condições econômicas e sociais, os militantes do partido poderão definir melhor as transformações socialistas que os trabalhadores introduzirão na sociedade ao assumirem o poder político. Se não vamos – porque não é o caso – projetar a imagem, pronta e acabada, de um país “segundo a visão do socialismo”, não perderemos, no entanto, a oportunidade para mostrar o caráter qualitativamente superior do socialismo quanto às soluções para os grandes problemas da sociedade brasileira. Por outras palavras, ao PT cabe mostrar que somos pelo socialismo porque somos contra o capitalismo e as suas formas de organização econômica, social e política; mas, ao mesmo tempo, cabe mostrar o que podemos avançar, a partir da atual correlação de forças, para alcançar as transformações que almejamos a longo prazo. Esse tipo de propaganda positiva (e não simplesmente doutrinária) nos ajudará, também, a mudar a correlação de forças tal como ela existe hoje. Por outra parte, nos preparará, ainda, para enfrentar de forma positiva o debate que, muito provavelmente, os próprios setores da burguesia colocarão em torno do socialismo.

102. Realizando esse debate ideológico, apresentando propostas concretas como alternativas à transição burguesa e mobilizando as massas populares para lutarem pelas mudanças reivindicadas pelos trabalhadores e pelo povo, o PT deverá evitar, ao mesmo tempo, as concepções *constitucionalista* e *doutrinaria*. A concepção *constitucionalista* consiste em supor que a Constituinte permitirá, por si só, a conquista das mudanças necessárias, ignorando as suas limitações e a hegemonia que sofrerá da burguesia, e que deve ser quebrada. O *doutrinarismo* consiste em afirmar que a Constituinte nada resolve e que devemos, portanto, apenas denunciá-la, ignorando o papel que ela pode jogar na mobilização de massas. A concepção *constitucionalista* cria ilusões nas massas, desmobiliza e nada faz para tornar a Constituinte uma arena de luta real pelas aspirações e reivindicações populares e democráticas. A concepção *doutrinaria* nos coloca num beco sem saída, quanto mais não seja pela simples razão de que nos impossibilita de explicar para as massas porque, afinal de contas, se a Constituinte nada resolve,

devendo ser firmemente denunciada, vamos participar dela. Na luta contra essas concepções, deveremos nos esforçar, também, para mostrar aos trabalhadores as limitações do Congresso Constituinte e nosso esforço para superá-las através de ampla participação popular. É importante que os núcleos e Diretórios do PT discutam com os militantes a necessidade de nos engajarmos nos plenários Pró-Participação Popular na Constituinte, para que estes ganhem expressão de massa, e desenvolver uma ampla campanha para eleger uma poderosa bancada petista, capaz de impedir que a representação burguesa imponha facilmente suas propostas e de tornar-se um claro referencial para as massas. Só desse modo será possível, já na abertura dos trabalhos da Constituinte, exigir a sua ampliação, o direito de plebiscito para homologá-la e o de não-assinatura da Constituição elaborada, se o processo constituinte continuar restrito. E com a mobilização das massas em torno de muitas dessas questões será possível levá-las a compreender os limites do projeto conservador da Nova República e a necessidade de conquistar uma democracia de novo tipo, comprometida com os interesses dos trabalhadores.

### A CONQUISTA DE GOVERNOS ESTADUAIS

103. A luta pela ampla participação popular na Constituinte está restritamente associada à luta pela conquista dos governos de uma série de estados importantes. Em alguns deles, o PT tem condições de disputar para ganhar, colocando o Partido diante de uma situação política ainda mais complexa do que durante a campanha pela disputa de prefeituras, em 1985. Para um partido como o PT, que luta pela transformação da sociedade, a possível conquista de governos estaduais coloca-o diante de desafios inusitados. Ser governo de um estado não quer dizer a conquista do poder político. E num país como o Brasil, onde há uma grande concentração do poder central, ser governo estadual, muitas vezes, implica arcar com ônus muito grande sem ter instrumentos que possibilitem extingui-lo. Os estados não têm poderes para modificar o regime de propriedade da terra, para mudar as relações de produção, para reestruturar os órgãos repressivos ou realizar outras mudanças que permitam supor qualquer evolução substancial no rumo de uma nova sociedade sem explorados e exploradores. Nesse sentido, não é possível nutrir ilusões quanto às possibilidades dos governos estaduais. 104. A disputa dos governos estaduais permite ao Partido difundir suas propostas políticas alternativas, discutir com as massas a questão da participação e do controle popular da máquina estatal, levantar as principais reivindicações da população e mobilizá-la pela sua obtenção e suscitar um vivo debate popular sobre o desvio administrativista, cuja característica básica seria a pretensão de elaborar um programa administrativo de governo em substituição à luta pela transformação social. Temos consciência de que a conquista eleitoral de governos estaduais está a léguas de distância de qualquer mudança real. Mas, justamente por isso, a vitória eleitoral do PT para governos de estado deve contribuir para levar as massas a educar-se, ganhar experiência e acumular forças. Para isso, o Partido terá que apresentar para as massas uma plataforma de governo séria, de aplicação viável e que corresponda a suas reivindicações e graus de consciência. Ao mesmo tempo, essa plataforma deve conter os principais eixos das propostas políticas alternativas do PT, politizando a campanha e o governo, se o Partido conquistar a vitória. Isso se tornará ainda mais verdadeiro se à plataforma de



governo estiver articulado o plano de lutas concretas por reformas e mudanças no poder e na sociedade.

105. A plataforma de governo do PT para os governos estaduais deve, assim, estar assentada nas reivindicações e aspirações democrático-populares e ser um instrumento que contribua para mobilizar e organizar os trabalhadores e o povo na luta. Isso implica que a própria plataforma sirva de mobilizador popular para a formação dos conselhos populares que controlem a Administração. Conselhos que tenham por base as entidades operárias, populares e democráticas já existentes. Mesmo fazendo distinção entre o papel do Partido e o papel da Administração, o PT no governo terá que esforçar-se para criar mecanismos que ampliem a participação popular no governo e permitam a este realizar as metas da plataforma. Abastecimento, educação, saúde, política agrícola em benefício dos pequenos e médios produtores, regularização das terras e criação de mecanismos de acesso à terra, plano de construção de moradia, estatização e melhoria do transporte público, agilização da máquina administrativa, melhoria das condições de trabalho do funcionalismo, controle das empresas privadas e defesa da população, tudo isso são pontos que podem constar das metas das plataformas de governo do PT.

106. As propostas de governo do PT diferenciam-se das demais que disputarão as eleições de 1986 pelo compromisso do Partido com os trabalhadores e com a defesa de seus interesses políticos, econômicos e sociais, tendo como objetivo a luta pelo socialismo. Isso coloca de imediato a questão da democracia. No geral, para outras propostas, o Estado é um instrumento de repressão, controle, desmobilização e cooptação dos movimentos sociais. Para elas, o sistema partidário e eleitoral transforma-se numa extensão do Estado e da sua máquina administrativa, através do uso do clientelismo e do eleitoralismo. Com isso, visam enquadrar e cooptar os trabalhadores para as suas propostas e inviabilizar, através de formas de organização eleitoral e partidária antidemocráticas, a participação dos trabalhadores e a sua luta pelo poder.

107. Nos governos do PT, nosso objetivo central é a democracia, que significa concretamente a liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores, a não-repressão, o fim da utilização do Estado e da Administração para o controle e a cooptação dos movimentos sociais. Acreditamos que só a organização autônoma e independente dos trabalhadores, com acesso às informações, permitirá ao governo enfrentar as pressões que lhes serão opostas e realizar mudanças econômicas e sociais. Nosso partido no governo não terá por objetivo administrar, gerenciar e muito menos articular interesses econômicos particulares ou submeter os interesses dos trabalhadores aos interesses capitalistas. Ao contrário, através de uma política que crie condições e abra espaços para a luta social dos trabalhadores, estimulará a mobilização e organização dos mesmos na defesa dos seus interesses. Essa diferença fundamental apóia-se no caráter do nosso Partido, na nossa concepção de democracia e de Estado. Defendemos a articulação entre os organismos de representação popular e os organismos de poder popular, que exercerão o controle e a fiscalização sobre a Administração e o Estado, as políticas e prioridades de governo. Por isso, o PT, nesse momento, e no governo, além de defender a devolução das prerrogativas ao Poder Legislativo e sua reformulação, estimulará a criação de conselhos populares nos bairros, nas cidades e conselhos de

trabalhadores junto às empresas estatais, Secretarias e unidades de prestação de serviços. Esse é o primeiro eixo dos governos do PT.

108. O segundo eixo dos governos do PT será colocar a administração estadual a serviço dos interesses sociais e econômicos dos trabalhadores, através de prioridades de investimento, obras e serviços, avançando para o socialismo. Isso significa dar um basta à política dos governos militares, do PDS, do PFL e PMDB, que instrumentalizaram os estados na linha da apropriação dos recursos materiais, sociais, naturais em benefício do capital. Nos governos do PT, os serviços públicos de saúde e educação terão prioridade e o Estado inverterá a tendência atual de privatização desses serviços, que serão públicos e gratuitos e atingirão, progressivamente, toda a população. Os governos do PT não darão recursos a incentivos ou facilidades legais e fiscais para as escolas e hospitais privados, exceto às instituições sem fins lucrativos e sob controle popular.

Na área dos transportes, os governos do PT promoverão a progressiva estatização dos transportes municipais e intermunicipais de passageiros, apoiarão os municípios na criação de empresas públicas, exigindo a participação popular no controle das mesmas, e criarão o passe gratuito para desempregados, idosos e aposentados.

Na área da habitação, os governos do PT darão prioridade ao combate à especulação imobiliária e intervirão no mercado para rebaixar o preço do solo urbano; produzirão habitações populares em massa e desenvolverão programa de recuperação de favelas e cortiços; estimularão a gestão direta dos recursos e obras por parte dos movimentos, entidades populares e cooperativas de construção, dando-lhes apoio técnico e financeiro. Os governos do PT se responsabilizarão pelo abastecimento dos gêneros alimentícios básicos, bem como pelo controle dos seus preços. Incentivarão a produção de alimentos, dando apoio aos pequenos e médios produtores; promoverão o assentamento dos trabalhadores rurais sem terra, dando início à reforma agrária através da utilização das terras ociosas públicas e privadas. Exigirão o cumprimento da legislação trabalhista e promoverão melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais através da extensão dos serviços de educação, saúde e transporte para o campo. Isso implicará o enfrentamento dos interesses dos latifundiários, dos empresários agrícolas e dos atravessadores, colocando os órgãos da Administração e a política do governo a serviço do trabalhador rural e do pequeno e médio produtor.

Os governos do PT assumirão a administração direta dos serviços e obras públicas, estimularão, com apoio técnico e material, as prefeituras para que venham a assumir a administração de obras e serviços municipais ou através de consórcios em nível regional, sempre garantida a participação e controle populares. O Estado deixará de ser mero intermediário de transações econômicas de empreiteiras, empresas de equipamentos, operadoras de serviços e projetistas. Os governos do PT não apenas adotarão uma política gradativa de administração direta de obras, como, na medida do possível, criarão empresas públicas para a produção e prestação de serviços como, por exemplo, remédios para distribuição gratuita, material de construção e pavimentação etc.

Os governos do PT pretendem garantir para os trabalhadores o acesso à comunicação, à cultura e o esporte, permitindo-lhes o desfrute do seu tempo livre.

Nesse sentido, promoverão a ampliação e manutenção dos equipamentos esportivos e de lazer, estimularão a criação de clubes e associações de esporte amador e darão apoio ao desenvolvimento desses programas nos municípios.

109. O terceiro eixo dos governos do PT é o combate à violência social e a agressão ao meio ambiente. Nesse sentido, os governos do PT combaterão com rigor o crime organizado e o de *colarinho branco*, bem como os corruptos e violentos da Polícia Civil e acabarão com as práticas violentas da Polícia Militar e das delegacias. Reforçarão o policiamento nas periferias e nos bairros residenciais e estimularão a formação de Conselhos Populares de Segurança. Enfrentarão os interesses econômicos do capital nacional e internacional, que dilapidam os recursos naturais, degradam o meio ambiente e as condições de vida e de trabalho no campo e na cidade, levando-os a pagarem os custos diretos e indiretos das predações realizadas, inclusive as ocorridas no passado.

110. O quarto eixo dos governos do PT é a promoção da cidadania plena, rompendo com o caráter assistencialista e com as práticas de submissão e discriminação do abandonado, do idoso, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios e demais grupos sociais específicos. Neste sentido, estenderão a assistência judiciária aos municípios e distritos da capital; desmontarão os presídios *monstros*, regionalizando-os em pequenas comunidades; acabarão com a Febem, implementando, em seu lugar, microssistemas regionalizados de atendimento ao menor; transformarão progressivamente as instituições voltadas para o atendimento ao menor em escolas integrais de educação e profissionalização; criarão uma rede pública de locais de vivência e práticas sociais para crianças, jovens e velhos abandonados; implementarão programas de atendimento integral à saúde da mulher, assim como delegacias regionais específicas para mulheres.

111. O quinto eixo dos governos do PT é a aplicação prioritária dos recursos financeiros para o atendimento das necessidades sociais. Até hoje, os fundos sociais e os recursos financeiros em mãos do Estado têm sido utilizados para apoiar e subsidiar a empresa privada, quando não para socializar seus prejuízos, sem falar nos desperdícios e projetos não-prioritários. Os governos do PT pretendem inverter essa orientação e colocar os fundos sociais e os recursos financeiros a serviço de uma política social e de criação de empregos. Eliminarão, gradativamente, o ICM dos alimentos da cesta básica, a começar pelo arroz e feijão, ampliarão a fiscalização do ICM e eliminarão os pedágios em rodovias estaduais. Submeterão as empresas estatais e os bancos oficiais, que detêm um volume de recursos bem superior ao da Administração Direta, ao controle do Legislativo e dos organismos populares. Dessa maneira, a política de investimentos e empréstimos para energia, comunicação, transporte, saneamento e abastecimento será democraticamente debatida e decidida.

112. O sexto eixo da política dos governos do PT é a articulação de uma mobilização em nível nacional, reivindicando mudanças nas políticas econômica e financeira e, entre outras, a reforma do Sistema Tributário e do Sistema Financeiro de Habitação, a reforma agrária e urbana, a começar pela suspensão do pagamento da dívida externa, estudando-a caso a caso. Essas mudanças melhorarão as condições para a implementação dos programas do PT nos níveis estaduais, e deverão ser articuladas com o projeto de transformações econômicas, sociais e

políticas que o PT defenderá no Congresso Constituinte. O PT implantará essas propostas governando com a mobilização social e estimulando a participação popular. Dessa forma, os governos do PT articularão as forças políticas, que possibilitarão o enfrentamento dos interesses econômicos contrários ao seu programa. Exercerão a autonomia dos estados diante da União, respeitarão a autonomia dos municípios e cooperarão com a União, demais estados e municípios para o desenvolvimento de programas de caráter social. Com a implantação dessas propostas, o PT realizará governos democráticos, populares e de oposição à Aliança Democrática, no qual os trabalhadores viverão a experiência de governos que, apesar das instituições burguesas e do regime de produção capitalista, estarão a seu serviço e avançarão na democratização do País, na auto-organização dos trabalhadores, numa política de prioridades sociais. governos que acreditem na mobilização e organização dos trabalhadores, que submetam seus programas administrativos aos interesses dos mesmos e que busquem criar condições para os trabalhadores participarem do exercício do poder político e, assim, contribuam efetivamente para a construção do socialismo.

## VII- QUESTÕES ORGANIZATIVAS

### CONSTRUÇÃO DO PT

113. O PT enfrenta diversos problemas no seu processo de construção. São problemas de ordem ideológica, política e organizativa, que precisam ser tratados para que conduzam o Partido a esclarecer as dúvidas existentes e a unificar-se mais solidamente. A questão do caráter do Partido, aberto, de massas, democrático e socialista sintetiza esses problemas e é a chave para aprofundar o processo de discussão interna. Os seminários sobre organização contribuíram para suscitar uma gama considerável de sugestões, que devem materializar-se nas modificações do Regimento Interno do Partido. Entretanto, algumas questões ainda demandarão um período mais longo de discussão, para que os pontos controvertidos sejam esclarecidos e para que o processo de luta ideológica e política travada em torno deles ajude o fortalecimento e a construção do PT.

114. Nesse sentido, faz-se necessário que os militantes se empenhem em adotar métodos corretos de discussão e decisão. Questões muito controvertidas, como a da existência de tendências organizadas dentro do PT, do cumprimento estrito das decisões democraticamente adotadas pelo Partido, das relações entre operários e intelectuais e a questão do socialismo, entre outras, não podem ser decididas por votação ou através de recursos administrativos. Elas demandam um persistente e prolongado debate, de forma mais organizada e democrática possível, para evitar divisões maiores. O caráter do PT, como partido aberto, de massas, democrático e socialista, pressupõe a existência de diferentes correntes de opinião dentro do Partido. Isso não dá ao Partido um dinamismo muito grande, possibilitando que, no entrosamento democrático de análises e propostas, o conjunto dos militantes se politize e faça o Partido avançar. Permite, por outro lado, aprofundar as relações democráticas internas e externas.

O problema, porém, não reside aí. Reside em que coabitam dentro do Partido diferentes correntes ou tendências organizadas, que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada

democraticamente pelo Partido, rompendo com a disciplina do PT, cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT. Algumas tendências dentro do PT constituem partidos dentro do Partido. Embora haja diferenciação nas suas políticas ante o problema-chave da construção do PT, nos últimos anos tem havido a formação, entre outras, de um bloco entre elas para impor ao Partido a tática geral e diversas táticas setoriais.

115. Algumas tendências que atuam no PT, mesmo quando em teoria afirmam o contrário, consideram o PT como uma frente de massas, e agem em correspondência com essa concepção. As decisões dos órgãos dirigentes do PT só são levadas em conta se coincidirem com as próprias decisões das instâncias dirigentes dessas tendências. Nessas condições, elas rompem constantemente não só com a disciplina, mas também com a democracia interna do PT. Esse método de ação de tendências prejudica a construção do PT como Partido. Na medida em que ele avança para constituir-se, cada vez mais, como um verdadeiro partido de classe, embora mantendo seu caráter aberto, de massa e democrático, a existência de tendências com política e disciplina próprias transforma-se numa aberração dentro do Partido, e tende a criar obstáculos à sua construção. O importante é que os quadros e militantes das tendências cheguem a compreender o caráter de partido do PT e, então, se engajem na sua construção como partido aberto, de massas, democrático e socialista.

116. Isso vai depender, porém, em grande medida, do aprofundamento do debate democrático, dentro do PT, sobre as diversas tendências organizadas. A postura de avestruz, de fechar os olhos à existência dessas tendências e a suas políticas, não pode continuar. Os militantes precisam tomar conhecimento dos documentos e textos dessas correntes, estudá-los e compará-los, conscienciosamente, com os documentos e textos do PT e discutir em profundidade o que existe de certo e de errado nas suas atitudes. Desse modo, os militantes do PT terão consciência dos verdadeiros problemas ideológicos e políticos em causa, e poderão tomar uma posição independente no debate.

117. Nesse sentido, o 4º Encontro Nacional afirma:

I- O PT é um partido democrático, de massas e socialista. Não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizada por qualquer partido político;

II- Como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido;

III- O Encontro Nacional reconhece o direito de tendência e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação, mas o Partido entende que esse direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT, nem acatam sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendência não autoriza a militância em outros partidos que não o PT;

IV- Caberá ao Diretório Nacional, em sua primeira reunião, criar uma Comissão, que terá como tarefas o seguinte:

a) promover em todo o Partido um amplo processo de discussão, que subsidie a regulamentação do direito de tendência;

b) encaminhar ao DN uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a estabelecer, para o conjunto do Partido, as diferenças entre elas existentes; c) além dessas atribuições, competirá à Comissão ouvir partes envolvidas em disputas político-ideológicas regionais, dirimir divergências em face dessas questões e propor ao DN eventuais medidas disciplinares;

V- No momento atual, a discussão sobre as tendências e organizações, já iniciada no PT, ganha particular importância devido aos acontecimentos recentes de Salvador e seus desdobramentos sobre a vida do Partido. Nesse sentido, o Encontro apóia a decisão da CEN de expulsar os filiados acusados de estarem envolvidos na tentativa de assalto a um banco em Salvador;

VI- O Encontro recomenda aos filiados e candidatos do PT que não apóiem, nem se associem, a qualquer candidatura de companheiros que, porventura, tenham alguma vinculação com os acontecimentos de Salvador. Ao mesmo tempo, determina que sejam levadas a efeito as gestões visando ao desligamento do PT desses companheiros, tendo em vista as evidentes divergências de concepção política entre eles e o Partido;

VII- Diante da gravidade dessas circunstâncias, o Encontro resolve que permanecem em vigor os critérios para eleição da Comissão Executiva Nacional, devendo o próximo Encontro Nacional, a realizar-se extraordinariamente em fevereiro de 1987, encaminhar a revisão das atuais normas, no sentido de garantir a participação das minorias em todas as instâncias dirigentes do PT.

### PT E OS SINDICALISTAS

118. Outro problema que tem surgido na história da construção do PT reside nas relações entre sindicalistas e demais militantes dentro do Partido. Alguns companheiros que atuam no movimento sindical têm se mostrado preocupados com uma possível perda de direção dos trabalhadores no PT. Eles se queixam de que os dirigentes sindicais petistas, em geral, estão fora dos grandes debates que ocorrem no Partido, de que não possuem espaços de participação nos diretórios e de que os diretórios e núcleos não contemplam os problemas que eles vivem no movimento sindical. Alguns desses companheiros chegam a afirmar que o PT está perdendo os objetivos originais de sua fundação, e que a CUT, em vista disso, se vê obrigada a assumir propostas mais avançadas do que o PT.

119. Independentemente do mérito dessas opiniões, a sua existência deve chamar a atenção para o sério problema da participação dos dirigentes sindicais petistas na vida do Partido, por um lado, e da defesa da política do Partido no movimento sindical, por outro. Grande parte dos dirigentes sindicais petistas não participa das instâncias de decisão do PT. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque eles são filiados a núcleos e diretórios cuja atividade passa longe do movimento sindical. Dessa maneira, os dirigentes sindicais petistas sentem-se deslocados da atividade em reuniões dessas instâncias, às vezes comparecendo a elas somente por obrigação formal. Em segundo lugar, como não participam efetivamente dessas instâncias de base, não são eleitos como delegados aos Encontros Municipais e



Estaduais, nem escolhidos para os órgãos de direção do Partido. Dessa forma, criou-se uma situação em que os dirigentes sindicais petistas, muitas vezes em cargos importantes em sindicatos e na CUT, não têm participação efetiva nas decisões partidárias, sentindo-se alijados desse processo. Como contrapartida grave, eles sentem dificuldades em cumprir as decisões adotadas pelo PT e defendê-las no movimento sindical.

120. Para isso, é fundamental ampliar qualitativamente a construção de núcleos por categoria, por local de trabalho ou por empresa e dar maior peso deliberativo a esses núcleos: aumentar substancialmente a quantidade de delegados que os núcleos podem eleger, por filiados; simultaneamente, vincular mais estreitamente os encontros e as convenções do Partido à presença de debate entre os petistas, e não meramente ao ato de votar em chapas ou propostas; discutir, ainda, a formação de vários núcleos na mesma categoria, mas regionalmente localizados e vinculados entre si por uma coordenação. Facilitar e priorizar articulações internúcleos, como forma de homogeneizar e potencializar a influência petista em sindicatos e categorias.

121. Essa é a situação, que deve merecer atenção redobrada, tanto dos organismos dirigentes quanto dos dirigentes sindicais petistas. A superação de tais problemas, porém, não depende só da adoção de medidas organizativas. Na realidade, a maioria das questões em pauta está relacionada com o tipo de partido que nos esforçamos para construir, o que inclui a definição das relações que devem existir entre seus militantes e o movimento sindical em que atuam. Quando os dirigentes sindicais petistas se referem à manutenção da direção operária do PT, isso não pode ser entendido somente como preocupação quanto a uma direção organizativa, através da qual os dirigentes sindicais petistas garantam sua presença nos principais postos de direção do Partido. Embora a participação efetiva dos dirigentes sindicais na organização partidária seja uma das condições necessárias para manter a fidelidade do PT às suas origens, ela não é a única, nem mesmo a principal. Quando falamos em direção, tratamos, acima de tudo, de hegemonia. E hegemonia compreende, principalmente, os aspectos ideológicos e políticos, sendo o aspecto organizativo uma decorrência deles. De nada adianta os dirigentes sindicais petistas terem participação e cargos na organização do Partido, se eles não conseguirem imprimir ao PT um programa de luta e uma ação que corresponda aos interesses de classe dos trabalhadores assalariados modernos, se eles não conseguirem apresentar propostas políticas que sejam flexíveis e, ao mesmo tempo, estejam impregnadas de conteúdo de classe, se eles não conseguirem estabelecer as pontes entre a luta econômica de melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores, a luta política pela participação nos mecanismos de poder do próprio sistema capitalista e a luta pela transformação social na direção do socialismo.

122. Evidentemente, a realização de tarefas desse porte exige muito mais do que vontade. Os trabalhadores, em especial os dirigentes sindicais petistas, têm que considerar seriamente a necessidade de transformarem-se em trabalhadores com capacidade de elaborar teorias que correspondam à realidade de sua luta de classe e sirvam de orientação nessa mesma luta. E têm, ainda, que participar efetivamente nas diversas instâncias e direções partidárias, nas discussões e decisões partidárias. Essas exigências entram em contradição com a atividade absorvente das direções

sindicais e da CUT. Como combinar as atividades do movimento sindical com as atividades do Partido?

123. Os dirigentes sindicais petistas devem entender que, além de imprimir ao Partido um forte conteúdo de classe, eles são a representação do PT no próprio movimento sindical. Ao fundarem o PT, os sindicalistas deram um passo qualitativamente novo em sua atividade. Compreenderam os limites do sindicalismo, um movimento que abarca, ou deve abarcar, a imensa maioria dos trabalhadores, independentemente de suas preferências religiosas, políticas ou partidárias, e procuram criar um instrumento mais avançado para a luta pela conquista de uma sociedade sem explorados e exploradores. Esse instrumento é um partido de trabalhadores, o PT.

124. Houve, assim, uma inversão no processo. Os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político de trabalhadores transformaram-se, por sua própria ação consciente, em ativistas políticos atuantes no movimento sindical. É verdade que alguns companheiros sindicalistas petistas não se deram conta dessa transformação. Uns consideram que, criado o Partido, podem ficar na sua atividade sindical e que o Partido não precisa de cuidados. Outros simplesmente desenvolvem sua atuação à parte do PT, como se este nada tivesse a ver com o movimento sindical. Entretanto, ao transformarem-se em ativistas políticos, os dirigentes sindicais petistas são, antes de tudo, militantes partidários atuantes no movimento sindical. Isso significa que os militantes do PT que atuam no sindicalismo devem ter propostas políticas acertadas para esse movimento, respeitando, ao mesmo tempo, os limites, sua autonomia e o nível de mobilização e consciência das mesmas, atuando no sentido de elevar esse nível.

125. Seria um erro grave, que romperia com os limites e a autonomia do movimento sindical, se os militantes petistas procurassem fazer com que os sindicatos e a CUT assumissem como seu o projeto alternativo do PT. Há companheiros que questionam o fato de, sendo militantes do PT, não poderem levar o movimento sindical a assumir um programa alternativo de poder, socialista. Afinal, pensam, esse é o sentido da luta dos trabalhadores, e deve ser uma tarefa dos militantes do PT levar o projeto alternativo do Partido a todos. Esse questionamento, porém, não está colocado em seus devidos termos. Em primeiro lugar, porque a definição para uma sociedade sem explorados nem exploradores (o socialismo, portanto) já é uma definição adotada em Congresso Nacional da CUT, e incorporada a seus Estatutos. Em segundo lugar, porque na prática, com tal raciocínio, esses companheiros apagam o verdadeiro lugar que cabe ao PT ocupar, que é o de reunir os militantes políticos sob um programa socialista.

126. Os militantes do PT devem levar as propostas socialistas para os trabalhadores, devem fazer propaganda do socialismo e discutir com os trabalhadores a necessidade de um novo poder e de uma nova sociedade. Nesse tipo de atividade, eles procuram elevar a consciência, a mobilização e a organização da massa dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, incorporar ao PT aqueles que mais se destacam no processo de luta e aqueles que despertaram para a política. Nessa atividade, os militantes petistas, empenhados na luta pelo socialismo, procuram imprimir na prática e na ação do sindicalismo a busca desse objetivo do Partido, sem, contudo, pretender impor-lhes um programa alternativo de poder, socialista. O

movimento sindical não deve ficar restrito às bandeiras econômicas. Ao lutar para que a CUT e os sindicatos assumam bandeiras políticas, os petistas devem ter o cuidado de que essas bandeiras expressem as aspirações, reivindicações e necessidades das grandes massas e não só de uma parcela dos trabalhadores. Nesse sentido, a luta contra a dívida externa, pela ampla participação popular na Constituinte, pela incorporação dos direitos adquiridos dos trabalhadores na nova Constituição, pela liberdade e autonomia sindical e outras bandeiras podem mobilizar os trabalhadores em geral.

127. Em vista de todos esses aspectos, é da máxima importância que os dirigentes sindicais petistas atuem unificadamente, isto é, que suas propostas principais sejam levadas unitariamente para o movimento sindical. É evidente que sempre existirão divergências de um ou outro tipo entre os petistas, mas é inconcebível que militantes do PT, atuando numa direção sindical, apresentem propostas e posição opostas nessa direção. Os dirigentes e ativistas sindicais não-petistas terão um mau referencial do PT ao assistir esse tipo de disputa. Assim, é fundamental que os dirigentes sindicais petistas tenham instâncias, dentro do Partido, para discutir as divergências que aparecem naturalmente na atividade prática e aprovar posições unitárias, nas questões principais. Isso remete novamente para a questão orgânica.

128. Em que instâncias partidárias os dirigentes sindicais devem participar, para discutir os problemas do movimento sindical e, ao mesmo tempo, influir nas decisões políticas do PT como um todo? Em primeiro lugar, eles precisam participar dos núcleos de categoria ou de local de trabalho, na medida em que essa participação lhes permite uma relação mais estreita com a base do PT e os capacita a serem eleitos como delegados aos encontros do Partido. Essa participação lhes garante, por outro lado, que o núcleo fique a par dos problemas do movimento sindical e entenda que a atividade básica dos dirigentes sindicais é, principalmente, nesse movimento. Nesse sentido, é necessário introduzir modificações no Regimento Interno do PT.

129. Em segundo lugar, eles precisam dispor-se a assumir cargos nos Diretórios do PT, em especial nos Diretórios municipais, estaduais e nacional, para dinamizar e tornar importante a atuação das Secretarias Sindicais do PT. Sendo membros dos Diretórios, os dirigentes sindicais petistas têm condições de manter essas instâncias do Partido atualizadas sobre o movimento sindical e, ao mesmo tempo, de inteirar-se dos problemas gerais da construção do PT, e influir nas suas decisões e políticas.

130. Em terceiro lugar, eles precisam fortalecer as Secretarias Sindicais como fóruns adequados de discussão dos problemas específicos do movimento sindical, visando uniformizar a intervenção dos militantes petistas das diversas categorias da cidade e do campo. O enfrentamento desses problemas ideológicos, políticos e organizativos, relacionados com a direção dos trabalhadores no PT, é uma questão que afeta todo o Partido e não só os dirigentes sindicais petistas. Vai demandar um esforço muito sério para a remoção dos obstáculos hoje existentes e, em grande maioria, para fazer com que muitos dos dirigentes sindicais petistas compreendam que o PT é a instância maior e que de sua efetiva direção política depende não só a luta do movimento sindical, como a luta de todos os trabalhadores por uma nova sociedade.

## VIII- PROPOSTAS IMEDIATAS

131. É dentro de todo esse contexto que, na oportunidade de elaboração de um Plano de Ação Política e Organizativa e de renovação do Diretório Nacional, aprovamos um conjunto de medidas concretas, cuja aplicação deve ter início imediato.

132. Projeto Alternativo: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a tarefa de apresentar, ao conjunto do Partido, para debate, uma proposta de projeto alternativo para a sociedade brasileira.

133. Nova Constituição: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a incumbência de designar um grupo de trabalho encarregado de organizar e sistematizar, no interior do Partido, os debates tendentes à elaboração de um projeto do PT para a nova Constituição, levando em conta os projetos e propostas já existentes – como o de Fábio Konder Comparato, feito a pedido da Comissão Executiva Nacional do PT, e outros que vierem a surgir no processo.

134. Consulta às Bases: retomar com rigor o hábito, por parte de instâncias dirigentes, de fazer ampla consulta às bases e debates nos núcleos e Diretórios, antes da tomada de decisões políticas e projetos parlamentares importantes.

135. Regionalização do PT: subdividir o País em regiões, para efeito de atuação política e organizativa do Partido, atribuindo cada uma delas à responsabilidade de um dirigente nacional, e incentivando a organização de reuniões regionais, tanto nas questões importantes e comuns às regiões quanto na preparação de Encontros Nacionais.

136. Implantação de Secretarias: no prazo mais curto possível, e nos níveis nacional, regional e estadual, implantar as seguintes secretarias executivas, ligadas aos respectivos diretórios: Sindical, Reforma Agrária, Formação Política, Movimentos Populares (com Comissões para Movimento Estudantil, Movimento Negro, Movimento de Mulheres etc.), Políticas Nacionais (Saúde, Educação, Minérios, Meio Ambiente, Transportes etc.), da Juventude, Constitucional (para acompanhar o processo Constituinte e a elaboração da nova Constituição), Relações com o Parlamento e com os Executivos (para servir de ligação entre os parlamentares e executivos petistas e as demais instâncias do Partido).

137. Centralização das Secretarias: no nível nacional, centralizar geograficamente a Presidência da Comissão Executiva Nacional e as principais Secretarias (Secretaria Geral, Secretaria de Organização e Tesouraria) para agilização de encaminhamento de decisões executivas.

138. Profissionalização de Dirigentes: nos níveis nacional, regional e municipal, ampliar e democratizar a profissionalização de dirigentes, procurando otimizar e socializar recursos para obter maior número de dirigentes liberados, sem prejuízo do trabalho político básico de filiados e militantes.

139. Filiação Massiva e Regionalizada: tornar permanente a campanha de filiação, reformulando critérios de maneira que ela possa ser regionalizada e dirigida, abarcando, prioritariamente, estados, regiões e setores sociais onde o Partido esteja mais fraco, bem como combinando essas campanhas com manifestações do movimento sindical e popular (greves, eleições etc.).

140. Nucleação: intensificar e ampliar a nucleação de filiados, dando especial ênfase a núcleos de base de categorias, de local de trabalho e de movimentos sociais.

141. Formação Política: ampliar e intensificar o trabalho de formação política, procurando atingir, entre outros, filiados de base, dirigentes intermediários e militantes dos movimentos sociais.

142. Reforço das Finanças: intensificar e aperfeiçoar os plano de arrecadação financeira, principalmente as contribuições de filiados a seus núcleos de base e dos núcleos às instâncias superiores.

143. Divulgação e Propaganda: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a responsabilidade de designar um ou mais grupos de trabalho para estudar a viabilização de iniciativas que ampliem e intensifiquem a divulgação e propaganda petistas, através de publicações de textos, cartilhas, livros, revistas de debates, boletins internos, jornais de massa regionais, utilização da radiodifusão etc., mediante ações conjuntas entre o Diretório Nacional e Diretórios Regionais, e levando em conta a regionalização do PT para a atuação política e organizativa.

144. Modificações no Regimento Interno: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a incumbência de designar um grupo de trabalho para estudar e propor ao debate do conjunto do Partido várias modificações no Regimento Interno, entre as quais as seguintes:

a) Elaboração de um regulamento interno dos Diretórios e Comissões Executivas, fixando atribuições e responsabilidades dos diversos componentes dessas instâncias; b) Estabelecimento da obrigatoriedade de apresentação periódica de relatórios por parte de Secretarias Executivas, Comissões e Grupos de Trabalho;

c) Inclusão de normas, extraídas do Documento Eleitoral Básico aprovado neste IV Encontro Nacional, referentes aos procedimentos para a escolha de candidatos, organização e condução de campanhas eleitorais e relações entre eleitos, Bancadas e demais instâncias partidárias;

d) Unificação (dependendo da nova Lei Partidária) de Encontros e Convenções, garantindo-se as prerrogativas democráticas dos primeiros;

e) Aumento (dependendo da nova Lei Partidária) do número de membros das Comissões Executivas, diminuição do número de membros dos Diretórios Regionais e Nacional e criação de conselhos – nacional e regionais – de representação das instâncias inferiores;

f) Mudança nos critérios e métodos – formação de chapas, proporcionalidade, quórum, votação, debates – de realização de encontros;

G) Mudança de critérios – número mínimo para formação, quórum para reunião, representação nos encontros – dos núcleos de base, especialmente de categoria e de local de trabalho.